

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026 PA 4085/2026 RP 006/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (984637)

OBJETO

Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.135.981,98 (Um milhão cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/06/2026 às 13h (horário de Brasília)

PORTAL ELETRÔNICO

COMPRAS.GOV.BR disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO





EDITAL		
Pregão Eletrônico nº 90009/2026	Data de abertura: 03/06/2026 às 13:00hrs no sítio www.compras.gov.br	
Processo nº 4085/2026	SRP? nº 006/2026 <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Modo de Disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
Objeto: “Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico.”		
Valor total estimado: R\$ 1.135.981,98 (Um milhão cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos).	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Misto	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Prazo para envio da proposta/documentação: Até dia 03/06/2026	Decreto 7.174? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica - conforme item 5.9 do TR
Pedidos de esclarecimentos: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br	Impugnações: Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br	
Prazos para Envio: Resposta da Negociação: Até 30 minutos Proposta Ajustada: Até 2 horas Documentos de Habilitação: Até 2 horas	Prazo para Intenção de Recurso: 10 minutos	
	Prazo para Razões de Recurso e Contrarrazões: 3 dias úteis	
Documentação de Proposta		
Requisitos básicos: Verificar Item 4 do Edital seção “Do Preenchimento da Proposta” e Item 5 do Edital seção “Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances”	Requisitos específicos: Planilha de Composição de Custos; Ver seção 5.1.2 do edital	
Documentação de Habilitação		
Requisitos básicos: Verificar Item 9.3 do Termo de Referência seção “Exigências de habilitação”	Requisitos específicos de habilitação: Certidão negativa de falência; Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, Registro (CREA)ou (CAU) .	
Requisitos de contratação: Verificar Item 5.7 do Termo de Referência seção “Garantia da Contratação”	Requisitos da contratação: 5% do valor inicial do instrumento.	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Município de Itabirito pelo endereço www.compras.gov.br , selecionando as opções Cidadão > Consulta detalhada de Compras Públicas > Contratações pela Lei 14.133 a partir de 01/04/2023 > Cód. UASG “984637”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no www.compras.gov.br e também no endereço: www.itabirito.mg.gov.br .		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

EDITAL

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

Torna-se público que o(a) Município de Itabirito/MG, por meio do(a) Diretoria de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Queiroz Júnior, 635, Praia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formados por 08 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, NÃO admitindo-se valores superiores ao estimado de cada item que compõem o grupo.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora



da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006** e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. **pessoas jurídicas reunidas em consórcio;**

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.16.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total ou desconto, por item/lote, da prestação do serviço/fornecimento;

5.1.2. **Apresentar Planilha orçamentária detalhada da proposta, contendo todos os itens, unidades, quantitativos estimados e respectivos preços unitários e totais, elaborada de forma compatível com as unidades de medição previstas neste Termo de Referência e estruturada de modo compatível com os padrões exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, de modo a permitir sua utilização direta para fins de medição, execução contratual e prestação de contas;**

5.1.3. **A planilha deverá ser apresentada em formato editável e estruturado, sendo de responsabilidade da licitante garantir a consistência das informações e a compatibilidade com os sistemas de controle e prestação de contas utilizados pela Administração, não sendo admitidas divergências entre a planilha da proposta e aquela utilizada na execução e medição dos serviços**

5.1.4. Marca/Fabricante, quando couber;

5.1.5. Modelo/Versão, quando couber;

5.1.6. Quantidade cotada, onde o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

5.1.7. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.8. Dados Bancários para pagamento;

5.1.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



5.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos conforme Termo de Referência – Anexo I do edital, como critério de aceitabilidade.*

6.23.2. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.5. **O pregoeiro concederá o prazo de até 30 minutos, prorrogável por igual período, para envio da negociação, qual seja envio da resposta do preço sugerido pelo pregoeiro.**

6.23.5.1. decorrido o prazo informado no item anterior, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro poderá proceder com a desclassificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar acima do valor estimado.

6.23.5.2. decorrido o prazo informado no item 6.22.5, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro procederá com a classificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar dentro do valor estimado.

6.23.5.3. o pregoeiro poderá, com base no princípio da vantajosidade, classificar a proposta do primeiro colocado, mesmo que o envio da negociação ocorra após decorrido o prazo informado no item 6.22.5, **SOMENTE** se o pregoeiro ainda não tiver procedido com a desclassificação ou a classificação no sistema.



6.23.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.7. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.23.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.

7.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.3.1. conter vícios insanáveis;
- 7.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, conforme art. 47, § 3º, II do Decreto 14.754/2023.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



7.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.7.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.7.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.7.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.7.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, inclusive sobre planilhas de composição de custos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.



- 7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência..

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor/prestador detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



8.5. Caso atendidas as condições de participação elencadas acima, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio digital que possa ter sua autenticidade conferida.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e às bases de dados oficiais constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, podendo realizar, de ofício, em sede de diligência, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.

8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18.3. apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.

8.19. A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro anteceder de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, caso o mesmo julgue necessário, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens 8.16.1.

8.20. A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada nos termos do item 8.18 e findo o prazo concedido sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

8.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22. Para fins de análise da habilitação quanto ao cumprimento das documentações técnicas e/ou econômico-financeira, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.

8.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



8.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



12.1.1. Constituem comportamentos enquadrados como deixar de entregar a documentação exigida, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

12.1.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

12.1.1.3. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

12.1.1.4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

12.1.1.5. deixar de atender a convocações do Agente de Contratação ou Pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. ofertar preço inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

12.1.2.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.5. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.7. abandonar o certame.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação, considerando-se como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Administração Pública Municipal, com exceção da conduta disposta no item 12.1.4.

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;



12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da data do recebimento da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - tumultuar a sessão pública da licitação;

II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;



XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail licitacao@pmi.mg.gov.br ou no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Queiroz Junior, nº. 635, Bairro Praia, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, de 08:00h às 18:00h, sob pena de não acolhimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



14.9. Nos casos de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site <http://www.comprasnet.gov.br/> e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar as descrições do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio oficial do Município <https://www.itabirito.mg.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.5. ANEXO V – Decreto e Instruções Normativas Pertinentes

Itabirito, 23 de março de 2026

Paula Rejane Ferreira de Souza
Agente Administrativa
Matrícula 43.343

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação dar-se-á por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico.

1.1.1. Os orçamentos técnicos destinados à futura execução das adequações físicas eventualmente indicadas nos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP deverão ser elaborados, preferencialmente, com base nos custos unitários constantes das tabelas referenciais oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e/ou do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, conforme aplicável.

1.1.2. Na impossibilidade de utilização de composições constantes nas tabelas referenciais mencionadas no subitem anterior, poderão ser adotadas outras tabelas setoriais oficialmente reconhecidas ou composições próprias, desde que devidamente justificadas tecnicamente pela Contratada.

1.1.3. Nos casos em que forem adotadas composições não constantes do SINAPI ou SICRO, deverá ser apresentada comprovação da inexistência do item correspondente nas referidas bases de referência, bem como memória de cálculo e composição analítica de custos contendo a descrição dos insumos, quantitativos e respectivas fontes de preços utilizadas.

1.1.4. As composições de custos elaboradas deverão observar as diretrizes estabelecidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

TABELA – RESUMO DE QUANTITATIVOS GERAL

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	276	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 600.151,90
2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento	M²	73167,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 80.651,80

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>



			da área construída e representação arquitetônica dela)					
3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	896	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 169.808,00
4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	20242,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 105.152,16
5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	10934	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 49.872,16
6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	12299,1	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 47.060,54
7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	20692,2	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 66.066,88
8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000	R\$ 1,51	R\$ 1,91	R\$ 17.218,53
TOTAL GERAL							R\$ 1.135.981,98	

SECRETARIA	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	41	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 89.153,00	R\$ 192.113,21
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	15609,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 17.205,87	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	126	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 23.879,25	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03.00 - 03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/papbo0ae040030>

	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	2427	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 12.607,54	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	2457	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 11.206,87	
	6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	6025	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 23.053,70	
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	4700,2	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 15.006,99	
	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	36	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 78.280,68	
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	25727,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 28.359,17	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	98	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 18.572,75	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO										R\$ 202.771,86





	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1550	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 8.051,79	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1348	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 6.148,50	
	6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	3133,5	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 11.989,84	
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	10696	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 34.150,62	
	8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000	R\$ 1,51	R\$ 1,91	R\$ 17.218,53	
SECRETARIA DE OBRAS	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 15.601,57
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	675	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 744,05	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee40d36>

				do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)						
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	675	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.506,42	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	10	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 21.744,63	R\$ 48.504,43
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	3788	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 4.175,47	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	28	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 5.306,50	
	4	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	3788	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 17.277,83	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	20	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 43.489,27	R\$ 66.081,36



	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1481	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.632,49	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	70	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 13.266,25	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1481	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 7.693,35	
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	16	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 34.791,41	R\$ 55.424,19
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1591,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.753,96	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	56	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 10.613,00	





	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1591,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 8.265,81	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	12	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 26.093,56	R\$ 39.613,55
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	883	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 973,32	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	42	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 7.959,75	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	883	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.586,92	
SECRETARIA DE AGRONEGÓCIO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	R\$ 29.004,42
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	3140,6	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 3.461,85	





	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
	4	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	3140,6	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 12.017,00	
SECRETARIA DE CULTURA	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	16	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 34.791,41	R\$ 56.429,81
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1750,9	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.930,00	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	56	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 10.613,00	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1750,9	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 9.095,40	
SECRETARIA DE SAÚDE	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO	A1	116	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 252.237,76	R\$ 430.437,56



				EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL						
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	18521,1	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 20.415,62	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	392	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 74.291,00	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	9884,1	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 51.344,93	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	3341	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 15.238,97	
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	5296	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 16.909,28	
TOTAL GERAL									R\$ 1.135.981,98	

1.2. A contratação será realizada sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço unitário, com prestação sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, conforme a necessidade da Administração, não havendo obrigação de contratação mínima dos quantitativos estimados registrados em Ata de Registro de Preços.



1.3. As condições, especificações, unidades de medição, quantitativos estimados e critérios de execução observarão o disposto neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, bem como na proposta vencedora e no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços a ser formalizado.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, por possuírem natureza padronizada, serem regidos por normativos técnicos específicos e admitirem definição objetiva de desempenho e medição, não configurando complexidade técnica singular, nos termos da Lei 14.133/2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. Os instrumentos decorrentes da Ata terão prazo de vigência definido no respectivo instrumento, compatível com o prazo de execução das ordens de serviço emitidas, podendo ter sua vigência prorrogada, quando cabível, nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção da contratação e observados os limites legais.

1.5.2. Ressalta-se que o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não se confunde com o prazo de vigência dos instrumentos dela decorrentes, os quais poderão ultrapassar a vigência da Ata, desde que firmado durante seu período de validade.

1.6. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

1.8. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O instrumento decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

2.1.1. A presente contratação será realizada em item único, não sendo aplicável o agrupamento de itens em lotes.

2.1.2. O agrupamento de itens por lotes não se aplica a presente contratação, considerando-se as conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que o objeto da presente contratação possui natureza integrada e interdependente, compreendendo etapas sucessivas e funcionalmente indissociáveis.

2.1.3. Dessa forma, a eventual divisão do objeto em itens distintos ou sua segmentação por etapa, por edificação ou por unidade administrativa comprometeria a coerência técnica das soluções adotadas, dificultaria a compatibilização entre projetos, aprovações e orçamentos, além de fragmentar a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

2.1.4. Assim, conclui-se pela contratação em item único, em razão da inviabilidade técnica e da ausência de vantajosidade econômica no parcelamento do objeto.

2.2. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:



2.2.1. Não será estabelecida exclusividade ou reserva de participação para microempresas e empresas de pequeno porte na presente contratação, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.2.1.1. A adoção de eventual exclusividade ou cota reservada mostra-se tecnicamente inviável, uma vez que o objeto possui natureza integrada e funcionalmente indissociável, demandando execução por responsável técnico único e manutenção de responsabilidade técnica integral ao longo de todas as etapas do serviço.

2.2.1.2. Nesse contexto, a segmentação da contratação com vistas à aplicação de tratamento diferenciado poderia comprometer a padronização técnica das soluções, a compatibilização entre projetos e aprovações, bem como a adequada atribuição de responsabilidades perante o Corpo de Bombeiros Militar e os conselhos profissionais competentes.

2.2.1.3. Ressalta-se, contudo, que permanece assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido previsto na legislação vigente, especialmente quanto aos critérios de desempate e à regularização fiscal tardia, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir: PREVISÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS – 2026 - Obras									
Cód	Unidade	Projeto	Dotação	Elemento de despesa	Objeto	Fonte (2026)	Nº DFD	Ficha (2026)	Valor anual
883	30 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS SERVIÇOS INFRAESTRUTURA	1545115516131	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	PROJETOS	1501	32/2025	714	R\$ 100.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução compreende a prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à regularização das edificações públicas municipais quanto às exigências de segurança contra incêndio e pânico estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.

4.2. Para fins de atendimento ao objeto desta contratação, os serviços compreendem a execução das atividades técnicas necessárias à elaboração, protocolo, acompanhamento da análise e aprovação dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais, com base nos respectivos projetos aprovados, abrangendo:

- A realização de levantamentos técnicos in loco das edificações indicadas pela Administração;
- A elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP em conformidade com as Instruções Técnicas e demais normativos vigentes do CBMMG;
- O protocolo dos projetos junto ao CBMMG;
- O acompanhamento da análise técnica;
- O atendimento às exigências formuladas pelo referido órgão até a aprovação final dos respectivos projetos; e

4.3. A elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico, com base nos projetos aprovados.

4.4. Os orçamentos técnicos previstos no subitem anterior destinam-se a subsidiar futura contratação voltada à execução das adequações físicas eventualmente requeridas para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.



4.5. A presente contratação não contempla a execução das adequações físicas indicadas nos projetos aprovados, as quais deverão ser objeto de procedimento licitatório específico a ser realizado posteriormente pela Administração.

4.6. A descrição detalhada da solução encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da participação de consórcios:

5.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a simplicidade técnica do objeto e o fato de que existem, no mercado, empresas com capacidade técnica e operacional suficiente para executar integralmente os serviços pretendidos, de forma independente, sem necessidade de associação entre licitantes.

5.2. Sustentabilidade

5.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.1.1. Considerando as características do objeto, os impactos ambientais diretos decorrentes da prestação dos serviços são reduzidos, estando relacionados principalmente ao consumo de insumos administrativos e aos deslocamentos necessários à realização de levantamentos técnicos in loco.

5.2.1.2. Neste contexto, deverão ser observadas, pela futura contratada, as seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- a) Uso racional de recursos materiais: priorização da elaboração, tramitação e entrega de documentos em meio digital, com redução do uso de papel, impressões físicas e demais insumos administrativos, exceto quando estritamente necessário ao atendimento de exigências normativas ou operacionais;
- b) Planejamento de deslocamentos técnicos: organização das visitas técnicas às edificações de forma racional e agrupada, sempre que possível, com vistas à otimização de rotas e à redução do consumo de combustível e das emissões veiculares decorrentes da prestação dos serviços;
- c) Prevenção de retrabalho: adoção de metodologia de trabalho que minimize a necessidade de revisões sucessivas e deslocamentos adicionais, contribuindo para a eficiência do processo e para a redução de impactos indiretos associados à mobilidade;
- d) Conformidade ambiental: observância das normas ambientais vigentes no desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas inerentes ao objeto.

5.2.1.3. Ressalta-se que os impactos ambientais relevantes associados à adequação das edificações às normas de segurança contra incêndio decorrem exclusivamente das futuras intervenções físicas eventualmente necessárias, as quais não integram o objeto desta contratação e serão objeto de análise específica em processos licitatórios próprios.

5.2.1.4. Demais diretrizes ambientais e de sustentabilidade aplicáveis foram detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

5.3. Indicação de Marcas ou Modelos

5.3.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação.

5.4. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

5.4.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.5. Da exigência de carta de solidariedade

5.5.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.



5.6. Subcontratação

5.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante toda a vigência do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e por 90 (noventa) dias após seu término, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do instrumento, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório.

5.7.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

5.7.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do respectivo instrumento.

5.7.4. A exigência de garantia contratual justifica-se em razão da natureza dos serviços, que envolvem responsabilidade técnica e impacto direto na regularização das edificações junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sendo necessária para resguardar a Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5.8. Garantia, Manutenção e Assistência técnica

5.8.1. Aplica-se ao objeto a garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e das obrigações assumidas pelo contratado no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto à correção de eventuais erros, omissões ou inadequações técnicas identificadas nos serviços prestados.

5.8.2. O contratado deverá assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer erros, omissões, inconsistências ou inadequações identificadas nos projetos elaborados, nas informações apresentadas ou nos documentos técnicos produzidos.

5.8.3. A garantia abrange a realização, pelo próprio contratado, dos ajustes técnicos, revisões e reapresentações eventualmente necessários à aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, desde que decorrentes de exigências formais emitidas pelo referido órgão e não resultantes de falhas técnicas imputáveis à Administração.

5.8.4. Entende-se por correção técnica toda adequação, ajuste, revisão ou complementação de elementos gráficos, memoriais, formulários ou demais documentos técnicos necessários à aprovação do projeto ou à sua adequada utilização em futuras contratações decorrentes.

5.8.5. Uma vez notificado pela Administração, o contratado deverá promover as correções técnicas cabíveis no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação formal.

5.8.6. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada pelo contratado, a ser previamente aceita pela Administração.

5.8.7. Decorrido o prazo para realização das correções sem o atendimento da solicitação ou apresentação de justificativa válida, fica a Administração autorizada a adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a contratação de terceiros para execução das adequações necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas e do direito de regresso pelos custos eventualmente suportados.

5.8.8. A responsabilidade técnica pelos serviços prestados permanecerá vinculada ao profissional habilitado indicado pela contratada, nos termos da legislação profissional aplicável, inclusive após a conclusão das atividades.



5.8.9. A garantia da qualidade dos serviços prestados vigorará durante o prazo de validade dos projetos aprovados junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, independentemente da vigência do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, permitindo a responsabilização do contratado em caso de falhas técnicas identificadas posteriormente.

5.9. Vistoria

5.9.1. Considerando que a presente contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços e que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas para cada edificação a ser atendida, não há necessidade de realização de vistoria prévia como condição para participação no procedimento licitatório.

5.9.2. As vistorias técnicas necessárias à elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio serão realizadas pela futura contratada após a emissão da respectiva ordem de serviço, mediante prévio agendamento junto à Secretaria demandante.

5.9.3. Caberá à Administração viabilizar o acesso às edificações indicadas, em dias e horários compatíveis com seu funcionamento, para a realização dos levantamentos técnicos necessários à execução dos serviços.

5.9.4. Alegações posteriores relacionadas ao desconhecimento das condições locais das edificações não serão consideradas para fins de alteração de prazos, custos ou escopo dos serviços, uma vez que o levantamento técnico in loco constitui etapa inerente à execução do objeto.

5.10. Da exigência de Amostra, Exame de Conformidade e Prova de Conceito

5.10.1. Não será exigida a apresentação de amostra nessa contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A execução do objeto será realizada sob o Sistema de Registro de Preços, mediante emissão de ordens de serviço específicas para cada edificação indicada pela Administração, conforme a necessidade das Secretarias demandantes.

6.1.2. Trata-se de execução indireta, em que os serviços de elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio, acompanhamento dos processos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e elaboração de orçamentos técnicos serão prestados por empresa previamente registrada em Ata de Registro de Preços, cabendo à Administração a formalização dos instrumentos decorrentes e a definição das edificações a serem atendidas.

6.1.3. A gestão, acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos serviços serão de responsabilidade da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da respectiva ordem de serviço ou instrumento equivalente expedido pela Administração.

6.1.5. A execução dos serviços observará, no mínimo, as seguintes etapas:

- a) Emissão de ordem de serviço pela Secretaria demandante, com a indicação da edificação a ser atendida;
- b) Realização, pela contratada, de levantamento técnico in loco, abrangendo medições, identificação de usos e ocupações e registro das condições existentes;
- c) Elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio, em conformidade com as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- d) Protocolo e acompanhamento do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar;
- e) Atendimento às exigências técnicas formalmente emitidas e reapresentação dos projetos, quando necessário;



f) Elaboração de orçamento técnico das intervenções necessárias à adequação da edificação, com base no projeto aprovado.

6.1.6. O cronograma de execução dos serviços será apresentado pela contratada para cada ordem de serviço emitida, devendo ser compatível com a complexidade da edificação e previamente aprovado pela Administração.

6.1.7. A execução dos serviços observará integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 14.754/2023, as normas técnicas pertinentes, as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, bem como os itens, unidades e quantitativos constantes da planilha orçamentária apresentada pela contratada e aceita pela Administração.

6.2. Local e Horário da prestação dos serviços

6.2.1. Os serviços poderão ser prestados em quaisquer edificações públicas sob responsabilidade da Administração Municipal de Itabirito, conforme indicação da Secretaria demandante, por meio de ordem de serviço específica.

6.2.2. As atividades de levantamento técnico in loco deverão ser realizadas em dias e horários previamente acordados com a Administração, observando-se o horário de funcionamento das respectivas edificações e a necessidade de não interrupção dos serviços públicos nelas prestados.

6.2.3. As demais atividades relacionadas à elaboração dos projetos, acompanhamento dos processos de aprovação e elaboração dos orçamentos técnicos poderão ser realizadas nas dependências da contratada, desde que assegurado o cumprimento dos prazos e das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3. Materiais a serem disponibilizados

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, caberá à contratada disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, softwares, instrumentos de medição, ferramentas e demais recursos necessários à realização dos levantamentos técnicos e à elaboração dos projetos.

6.3.2. A contratada será responsável pela substituição ou atualização dos materiais e equipamentos utilizados, sempre que necessário à adequada execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.4.1. A elaboração da proposta deverá considerar que os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, conforme a necessidade da Administração.

6.4.2. Deverão ser consideradas as variações de área, uso, tipologia construtiva e nível de risco das edificações públicas municipais, as quais impactam diretamente o quantitativo de pranchas técnicas, horas técnicas e área a ser considerada para elaboração dos orçamentos técnicos.

6.4.3. Os quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência destinam-se exclusivamente à estimativa de demanda da Administração, não constituindo obrigação de contratação mínima por parte desta, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

6.4.4. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo deslocamentos, realização de levantamentos in loco, elaboração dos projetos técnicos, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG até a aprovação final dos projetos, excetuando-se as taxas e emolumentos eventualmente exigidos pelo referido órgão, que serão custeados pela Administração.

6.4.5. Para fins de dimensionamento da proposta, a licitante deverá considerar que os serviços serão remunerados conforme as seguintes unidades de medição:



- a) Quantidade de pranchas técnicas em formato A1 efetivamente elaboradas para cada edificação, conforme sua área construída;
- b) Área construída (m²) levantada para elaboração do projeto na modalidade “as built”;
- c) Horas técnicas despendidas nas atividades de protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG durante o processo de análise dos projetos;
- d) Área construída (m²) considerada para elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à futura adequação das edificações, conforme faixas previamente definidas na planilha orçamentária.

6.4.6. Para as atividades previstas na alínea “c” do subitem anterior, serão passíveis de medição e pagamento, como limite máximo por edificação, até 14 (quatorze) horas técnicas, correspondentes a:

- a) Até 4 (quatro) horas destinadas ao protocolo inicial do projeto; e
- b) Até 5 (cinco) ciclos de revisão de 2 (duas) horas cada, para atendimento às exigências formuladas pelo CBMMG.

6.4.7. As horas técnicas eventualmente necessárias à realização de protocolos adicionais ou de revisões em quantidade superior aos limites estabelecidos no subitem anterior deverão ser consideradas como risco ordinário da execução dos serviços, constituindo ônus exclusivo da Contratada, sem direito à medição, pagamento adicional ou reequilíbrio econômico-financeiro.

6.4.8. Os quantitativos estimados por edificação relativos à quantidade de pranchas técnicas, à área construída levantada para elaboração do projeto na modalidade “as built” e à área considerada para elaboração dos orçamentos técnicos poderão variar em função da área construída e da complexidade das edificações públicas municipais, conforme detalhamento constante na planilha de estimativa de custos, respeitados os limites máximos de horas técnicas passíveis de medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência, não sendo admitida a medição de horas técnicas em quantitativo superior ao limite fixado por edificação.

6.5. Procedimentos de Transição e Finalização da Execução

6.5.1. Ao término da vigência do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, a contratada deverá concluir as atividades referentes às ordens de serviço emitidas até a data de encerramento, observando os prazos estabelecidos.

6.5.2. A contratada deverá assegurar a entrega de todos os projetos, documentos técnicos, memoriais e demais informações produzidas no âmbito da execução dos serviços, de forma organizada e apta à utilização pela Administração.

6.5.3. Não serão exigidos procedimentos adicionais de transição, considerando a natureza do objeto e a inexistência de transferência de equipamentos, sistemas ou infraestrutura física.

7. MODELO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Rotinas de Fiscalização

7.1.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 14201, de 2022, e nº 14757, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto no Decreto Municipal nº 14.201, de 03 de fevereiro de 2022, e as disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no referido decreto.

7.1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material e/ou métodos inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



7.1.4. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, o cronograma poderá ser ajustado pelo tempo correspondente, mediante registro formal no processo administrativo.

7.1.7. Após a formalização do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada e do consórcio, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.1.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.1.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2. Obrigações do Fiscal da Execução

7.2.1. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.2.2. Acompanhar a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do disposto nos artigos 22 e 25 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.2.3. Conhecer o instrumento decorrente da Ata e todos os seus Anexos, especialmente o presente Termo de Referência.

7.2.4. Registrar, em meio físico ou informatizado, as ocorrências relacionadas à execução do objeto, bem como as faltas verificadas, com a descrição das providências exigidas, as recomendações efetuadas e as soluções adotadas pela contratadas. (art. 22, inc. II e III, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022).

7.2.5. Abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto. (art. 22, inc. IV, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022).

7.2.6. Certificar que o preposto da empresa está cientes das obrigações assumidas pela contratada. (art. 22, inc. VI, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022).

7.2.7. Certificar que a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital, no Instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e nos respectivos Anexos;

7.2.8. Certificar que a contratada mantém, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários para esta constatação;

7.2.9. Verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução



e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de eventuais imperfeições e/ou irregularidades detectadas;

7.2.10. Verificar se o material e/ou fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

7.2.11. Comunicar à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material e/ou equipamento cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

7.2.12. Esclarecer as dúvidas da contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando, às áreas competentes, os fatos que extrapolem a sua competência;

7.2.13. Fazer-se presente no local da execução do objeto;

7.2.14. Antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual;

7.2.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da execução emitirá notificações à contratada para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

7.2.16. Proceder as conferências e validações das medições e do recebimento provisório mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

7.2.17. Indicar à contratada, quando for o caso, sobre eventuais glosas, emitindo relatório circunstanciado com a devida justificativa e o cálculo do valor a ser descontado;

7.2.18. Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital, na proposta, no Instrumento decorrente da Ata e nos respectivos Anexos;

7.2.19. Constatar, se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local e horário estipulado no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e com a correta utilização dos materiais e equipamentos contratados pela Administração Pública;

7.2.20. Certificar a ausência de cessão, transferência ou subcontratações fora das hipóteses e procedimentos legais e contratuais;

7.2.21. Receber reclamações relacionadas à qualidade do serviço prestado ou do material entregue, acionando a contratada para adoção das providências cabíveis;

7.2.22. Assegurar, junto à contratada que o número de funcionários alocados é suficiente para o bom desempenho dos serviços e conclusão no prazo previsto no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.23. Certificar se a contratada, está cumprindo as normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização dos equipamentos de proteção individual – EPI – exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e funcionários da contratada e, na hipótese de descumprimento adotar as providências cabíveis;

7.2.24. Verificar se a contratada procede os corretos cálculos e recolhimentos das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto, buscando, caso necessários, auxílio junto ao setor de contabilidade ou outros setores da Administração para conferência;

7.2.25. Assegurar que a contratada mantenha um responsável técnico acompanhando os serviços, quando assim determinar o instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.26. Exigir que a contratada utilize crachá e uniforme, bem como conduta compatível com o serviço público, pautado pela ética e urbanidade;

7.2.27. Comunicar, por escrito, à contratada os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;



7.2.28. Solicitar à contratada a imediata retirada do local, bem como a situação de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da instituição reputar, justificadamente, inconveniente;

7.2.29. Informar o gestor da contratação, em tempo hábil, situações que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.30. Comunicar, por escrito, ao gestor da contratação qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão do instrumento decorrente da Ata, a ser juntado no processo administrativo.

7.2.31. Comunicar ao gestor da contratação, em tempo hábil, a necessidade de se realizar acréscimo ou supressões no objeto, com vista à economicidade e à eficiência na execução, bem como quanto ao término do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação deste.

7.2.32. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal da execução comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

7.2.33. Apresentar ao gestor da contratação, ao término da execução ou quando solicitado, relatório acerca da execução do objeto;

7.2.34. Comunicar ao gestor da contratação, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado um substituto;

7.2.35. Além do disposto acima, a fiscalização da execução obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Se fazer presente nas frentes de serviço;
- b) Conferir e assinar as medições, após aprovação;
- c) Criar uma pasta de fiscalização da execução, inserindo na mesma, toda a documentação necessária do processo e execução do objeto, medições, ordem de serviço e demais informações necessárias;
- d) Toda não conformidade identificada, deverá ser encaminhada, formalmente à contratada, via e-mail ou notificação, a depender da gravidade;
- e) Proceder, junto à contratada o recebimento dos serviços.

7.3. Atribuições do Gestor da Contratação

7.3.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros/repasses necessários ao pleno cumprimento da contratação, bem como as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.2. Acompanhar a celebração dos instrumentos decorrentes da Ata de Registro de Preços e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;

7.3.3. O gestor deverá manter controle individualizado de cada instrumento firmado;

7.3.4. Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado a serem executados pelo fiscal da execução;

7.3.5. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais da execução, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada instrumento firmado.

7.3.6. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da execução contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro



de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do instrumento para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.3.7. Verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.

7.3.8. Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia em favor da contratada nos prazos regulamentares;

7.3.9. Controlar os prazos de vencimentos dos instrumentos firmados, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo, instruindo o processo, quando admitida a prorrogação, com os documentos constantes do inciso IX do art. 17, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.10. Controlar os prazos de vencimentos dos instrumentos relativos a serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência;

7.3.11. Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;

7.3.12. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do instrumento pela Administração;

7.3.13. Encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do instrumento à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

7.3.14. Analisar ou formular os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, instruindo o processo com as informações e dados necessários, submetendo-os à autoridade superior;

7.3.15. Analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, controlando os respectivos limites e encaminhar à autoridade competente para decisão;

7.3.16. Realizar pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar a vantajosidade da prorrogação e de aditivo, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao instrumento em vigor.

7.3.17. Cuidar para que qualquer alteração seja promovida por Termo Aditivo ou por Termo de Apostilamento, conforme o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.3.18. Encaminhar ao setor competente a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado/ repasses, pela fiscalização e gestão.

7.3.19. Acompanhar os empenhos, os pagamentos, as glosas e a disponibilidade orçamentária inerente à execução;

7.3.20. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;

7.3.21. Anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.3.22. Supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, especialmente no tocante ao cumprimento dos prazos;

7.3.23. Deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do edital da licitação que deu origem à contratação;



7.3.24. Adotar as providências cabíveis para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 17, incisos XXIII e XXIV, do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.25. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.3.26. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 19 do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.27. Sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) da execução, notificar a contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações assumidas ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Da Medição

8.1.1. A medição dos serviços será elaborada pela contratada, com base nas unidades técnicas efetivamente executadas no período, e submetida à análise, conferência e aprovação pela fiscalização da Administração, conforme estabelecido neste Termo de Referência e no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

8.1.2. Para fins de pagamento, somente serão considerados os serviços efetivamente executados e devidamente aprovados pela fiscalização, observadas as seguintes unidades de medição:

- a) Quantidade de pranchas técnicas em formato A1 efetivamente elaboradas para cada edificação, conforme sua área construída, tipologia de uso, nível de risco e complexidade das soluções técnicas exigidas para atendimento às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG;
- b) Área construída (m²) levantada para elaboração do projeto na modalidade “as built”;
- c) Horas técnicas comprovadamente despendidas nas atividades de protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG durante o processo de análise dos projetos;
- d) Área construída (m²) considerada para elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à futura adequação das edificações.

8.1.3. A medição das horas técnicas deverá estar obrigatoriamente vinculada à apresentação de documentação comprobatória das atividades realizadas, tais como protocolos, comunicações formais de exigências técnicas e comprovantes de reapresentação dos projetos junto ao CBMMG.

8.1.4. Para fins de medição e pagamento das horas técnicas relativas às atividades de protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências formuladas pelo CBMMG durante o processo de análise dos projetos, serão consideradas passíveis de remuneração, como limite máximo por edificação, até 14 (quatorze) horas técnicas, correspondentes a:

- a) Até 4 (quatro) horas destinadas ao protocolo inicial do projeto; e
- b) Até 5 (cinco) ciclos de revisão de 2 (duas) horas cada, para atendimento às exigências formuladas pelo CBMMG.

8.1.4.1. As horas técnicas eventualmente necessárias à realização de revisões adicionais às previstas no subitem anterior, bem como aquelas despendidas em atividades de protocolo que excedam o limite de 4 (quatro) horas por edificação, deverão ser consideradas como risco ordinário da execução dos serviços, constituindo ônus exclusivo da Contratada, sem direito à medição, pagamento adicional ou reequilíbrio econômico-financeiro.



8.1.4.2. Não serão passíveis de medição e pagamento as horas técnicas decorrentes de retrabalho motivado por falhas, omissões ou erros técnicos da Contratada que resultem na reiteração de exigências anteriormente apontadas pelo CBMMG.

8.1.5. A medição dos serviços relativos à elaboração dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP somente será considerada apta para fins de pagamento após a comprovação da aprovação final dos respectivos projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, bem como da entrega do orçamento técnico finalizado das intervenções necessárias à adequação da edificação, não sendo admitido o pagamento parcial por etapas intermediárias de elaboração, protocolo ou reapresentação.

8.1.5.1. A medição dos serviços previstos no subitem anterior também ficará condicionada à apresentação das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT referentes aos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP e aos orçamentos técnicos elaborados, devidamente registradas no conselho profissional competente, nos termos do item 8.2 deste Termo de Referência, não sendo passível de medição qualquer serviço cuja responsabilidade técnica não esteja formalmente anotada.

8.1.5.2. A apresentação dos protocolos, reapresentações ou documentos intermediários não constitui, por si só, condição suficiente para fins de pagamento, que permanecerá condicionado à aprovação do projeto pelo CBMMG e à entrega do respectivo orçamento técnico finalizado.

8.1.6. A medição dos serviços será realizada com base nos itens, unidades e valores constantes da planilha orçamentária apresentada pela contratada e aceita pela Administração na fase de contratação, a qual constituirá referência obrigatória para fins de execução, acompanhamento, medição e pagamento dos serviços.

8.1.7. Todas as medições deverão ser previamente analisadas e aprovadas pela fiscalização designada pela Administração.

8.1.8. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades demandadas;
- c) Deixou de atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência ou no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

8.2. Do recebimento

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo designados, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 39, §1º, do Decreto Municipal nº 14.201/2022.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior será contado a partir do recebimento da comunicação formal de cobrança oriunda do contratado, acompanhada da comprovação da efetiva prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga, observado, quando se tratar da elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, o disposto nos subitens seguintes quanto à necessidade de aprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG e entrega do respectivo orçamento técnico finalizado.

8.2.3. O fiscal designado realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo estabelecidas no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

8.2.4. Para os serviços relativos à elaboração dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, o recebimento provisório somente ocorrerá após a comprovação da aprovação final dos respectivos projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, da entrega do orçamento técnico finalizado das intervenções necessárias à adequação da edificação, bem como da apresentação das



respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT devidamente registradas no conselho profissional competente.

8.2.4.1. A apresentação de protocolos, reapresentações, comunicações de exigências técnicas ou quaisquer documentos intermediários decorrentes do processo de análise dos projetos não constitui condição suficiente para fins de recebimento provisório ou definitivo dos serviços.

8.2.5. A ausência de apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT impedirá a caracterização da completude do objeto entregue, não sendo admitido o recebimento provisório ou definitivo dos serviços enquanto pendente tal documentação.

8.2.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução da contratação, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor designado para fins de recebimento definitivo.

8.2.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor designado, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, observando-se o disposto no §2º do art. 39 do Decreto Municipal nº 14.201/2022.

8.2.8. Para fins de recebimento definitivo, o gestor deverá:

8.2.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução do objeto;

8.2.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, solicitar, por escrito, as respectivas correções ao contratado;

8.2.8.3. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados;

8.2.8.4. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada ou nas normas técnicas aplicáveis, devendo o contratado proceder às devidas correções sem ônus adicional para a Administração.

8.2.10. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, revisar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, omissões ou incorreções resultantes da execução.

8.2.11. Nenhum recebimento provisório ou definitivo ocorrerá enquanto pendentes inconsistências, incompatibilidades ou não conformidades técnicas identificadas nos serviços entregues.

8.2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços prestados, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de documento de cobrança referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

8.2.12.1. Para os serviços relativos à elaboração do PPCIP, não será admitida a caracterização de parcela incontroversa anteriormente à aprovação do projeto pelo CBMMG e à entrega do respectivo orçamento técnico finalizado.

8.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez, segurança e adequação técnica dos serviços prestados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.



8.3. Liquidação

8.3.1. A liquidação da despesa somente será iniciada após o recebimento definitivo do objeto, nos termos do item 8.2 deste Termo de Referência, e após a verificação da conformidade da execução dos serviços com a planilha orçamentária apresentada pela contratada e aceita pela Administração, ocasião em que deverá ser apresentada a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, passando então a correr o prazo de até 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.1.1. A apresentação de Nota Fiscal ou documento de cobrança anteriormente ao recebimento definitivo do objeto não ensejará o início do prazo de liquidação da despesa.

8.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A compatibilidade da natureza da operação;
- c) A data da emissão;
- d) Os dados do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;
- e) O período respectivo de execução dos serviços;
- f) O valor a pagar;
- g) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- h) Emissão de declaração de Simples nacional para efeito de concessão de benefícios fiscais antes da emissão do documento fiscal (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>).

8.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



8.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4. Prazo de pagamento

8.4.1. Os valores devidos pela Contratante serão pagos no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e dos comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS, podendo tais regularidades serem confirmadas por meio de consulta eletrônica pela Contratante.

8.4.2. A contagem do prazo de pagamento terá início após a liquidação da despesa, condicionada ao recebimento definitivo do objeto, nos termos do item 8.2 deste Termo de Referência, iniciando-se e encerrando-se em dias de expediente da CONTRATANTE.

8.4.3. Em caso de irregularidade(s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

8.4.4. Incidirá correção monetária sobre o débito vencido adotando o IPCA, que é o índice oficial de inflação, salvo em caso fortuito ou motivo de força maior que decorrerá publicação da postergação dos vencimentos na forma da Lei e comunicação ao Controle Interno da Instituição Pública bem como para o Tribunal de Contas do Estado.

8.5. Forma de pagamento

8.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar no ato da entrega da documentação para liquidação à Secretaria Municipal de Fazenda.

8.5.6. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.6. Antecipação de pagamento

8.6.1. Não será admitida a antecipação de pagamento na presente contratação, tendo em vista que a remuneração dos serviços está condicionada à prévia aferição, pela fiscalização, das quantidades efetivamente executadas e da conformidade qualitativa das entregas, por meio de medições, não sendo possível a verificação antecipada das obrigações pactuadas.

8.7. Cessão de crédito

8.7.1. Não se aplica à presente contratação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1.1. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se pela natureza integrada do objeto da contratação, cuja execução demanda compatibilização técnica entre as etapas de levantamento, elaboração de projetos, acompanhamento do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e elaboração de orçamentos técnicos, não sendo tecnicamente recomendável a fragmentação dessas atividades.

9.1.1.2. Os itens constantes na planilha orçamentária correspondem exclusivamente às unidades de medição dos serviços, utilizadas para fins de formação da proposta e posterior medição e pagamento, não caracterizando parcelamento do objeto da contratação, que será licitado em item único.

9.1.2. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio, e conter minimamente as seguintes informações:

- a) Descrição dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) Valor unitário dos itens e valor global estimado, incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, deslocamentos, insumos, custos operacionais e quaisquer outras que incidam sobre a prestação dos serviços;
- c) Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no instrumento convocatório.
- d) Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- e) Planilha orçamentária detalhada da proposta, contendo todos os itens, unidades, quantitativos estimados e respectivos preços unitários e totais, elaborada de forma compatível com as unidades de medição previstas neste Termo de Referência e estruturada de modo compatível com os padrões exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, de modo a permitir sua utilização direta para fins de medição, execução contratual e prestação de contas;
- f) A planilha deverá ser apresentada em formato editável e estruturado, sendo de responsabilidade da licitante garantir a consistência das informações e a compatibilidade com os sistemas de controle e prestação de contas utilizados pela Administração, não sendo admitidas divergências entre a planilha da proposta e aquela utilizada na execução e medição dos serviços.

9.1.3. A planilha orçamentária apresentada pela licitante vencedora será adotada como referência para a execução, medição e pagamento dos serviços, não sendo admitidas alterações posteriores que comprometam sua compatibilidade com os sistemas de controle e prestação de contas, salvo ajustes formais expressamente autorizados pela Administração, desde que não impliquem alteração dos preços ofertados.

9.1.4. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também, a procuração e cópia do documento de identidade do subscritor.

9.1.4.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.5. Poderá ser exigida a apresentação de documentação técnica complementar que comprove a capacidade da licitante para execução dos serviços, quando necessário à verificação da compatibilidade da proposta com as especificações deste Termo de Referência.

9.1.6. Serão desclassificadas as propostas que, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;



- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.2. Regime de Execução

9.2.1. O regime de execução da contratação será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os serviços serão remunerados com base nas unidades efetivamente executadas e medidas, conforme os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2.2. A execução ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas para cada edificação indicada pela Administração, no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - Habilitação Jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. **Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente,** como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.10. **Procuração válida,** se for o caso.



9.3.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II - Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.14. Prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.15. Prova de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III - Qualificação Econômico-Financeira

9.3.20. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II e inciso I do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023);

9.3.21. Caso a certidões dos itens anteriores não contiverem indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação (§ 1º do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.757, de 2023).

9.3.22. Caso as certidões dos itens anteriores sejam emitidas na forma positiva para recuperação judicial, a qualificação poderá ser comprovada pela apresentação de certidão judicial que indique que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (§ 2º do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.757, de 2023).

9.3.23. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º, e art. 133, II do Decreto Municipal nº 14.757, de 2023).



9.3.23.1. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis justifica-se pela necessidade de verificação da capacidade econômico-financeira da licitante para o cumprimento das obrigações contratuais, considerando tratar de serviços técnicos de engenharia que demandam estrutura operacional e suporte técnico adequados, sendo essencial garantir a continuidade e a regularidade da execução.

9.3.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.3.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

IV - Qualificação Técnica

9.3.27. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo assegurar que a licitante possua capacidade técnica compatível com a execução do objeto, considerando tratar-se de serviços técnicos de engenharia que demandam conhecimento especializado e experiência prévia.

9.3.27.1. Tais exigências foram definidas de forma proporcional e limitada ao necessário para garantir a adequada execução contratual, nos termos do art18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.27. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

9.3.28. O(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) deverá(ão) possuir registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), compatível com a natureza dos serviços objeto desta contratação.

9.3.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do instrumento decorrente da Ata de Registro de preços, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.3.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

9.3.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito à execução de serviços de:

- a) Elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP;
- b) Regularização de edificações junto ao Corpo de Bombeiros Militar.
- c) Elaboração de orçamento técnico relativo a sistemas de prevenção e combate a incêndio.

9.3.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.3.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.3.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



9.3.29.5. Comprovação de que o fornecedor possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo respectivo conselho profissional competente, que comprove experiência na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.

9.3.29.6. A comprovação do vínculo profissional com o fornecedor poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato social, contrato de prestação de serviços ou outro documento idôneo que demonstre a relação jurídica entre o profissional e a empresa licitante.

9.3.30. O(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) deverá(ão) ser formalmente apresentado(s) na fase de habilitação, juntamente com a documentação comprobatória de seu vínculo com o fornecedor e da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com o objeto da contratação.

9.3.31. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT deverá ser apresentada previamente ao início da execução dos serviços, para cada demanda específica decorrente da Ata de Registro de Preços.

Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023

9.3.32. Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

9.3.32.1. De que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis;

9.3.32.2. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.32.3. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.3.32.4. De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.3.32.5. De que não há sanções vigentes que legalmente o proibam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

10.1. Do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução dos serviços deste Termo de Referência.



10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os equipamentos entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no item 8.2 deste Termo de Referência.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.12. Disponibilizar acesso às edificações objeto dos serviços para realização dos levantamentos técnicos necessários à execução das atividades.

10.1.13. Disponibilizar à Contratada todas as informações técnicas, projetos existentes, plantas arquitetônicas, memoriais descritivos e demais documentos necessários à adequada elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico.

10.1.14. Permitir o acesso da Contratada às edificações objeto dos serviços, mediante agendamento prévio, para realização de levantamentos técnicos e vistorias necessárias à execução das atividades.

10.1.15. Indicar servidor responsável pelo acompanhamento técnico das demandas decorrentes da Ata de Registro de Preços.

10.1.16. Efetuar o recolhimento das taxas e emolumentos eventualmente exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG para fins de análise e aprovação dos projetos elaborados no âmbito da presente contratação.

10.2. Do Contratado:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data prevista para entrega dos projetos e orçamentos técnicos estabelecida na Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo fixado, mediante a devida comprovação;

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da execução da contratação ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização do município.

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da contratação pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento, observando o disposto nos itens 8.1 e 8.2 deste Termo de Referência;

10.2.8. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços executados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

10.2.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto da contratação;

10.2.11. Comunicar ao Fiscal da execução da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução dos serviços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal da execução da contratação, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução dos serviços;



- 10.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.2.22. Arcar com todas as despesas e encargos no que se refere a salários, obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta ou indiretamente na execução deste objeto, bem como, responsabilizar – se pelas demais exigências oriundas da legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à matéria, devendo exibir quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos, as guias de recolhimento do INSS e FGTS, sob pena de retenção dos créditos a que tiver direito.
- 10.2.23. Cumprir as determinações do MUNICÍPIO no que concerne à execução do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.
- 10.2.24. Responsabilizar – se por quaisquer danos que, na execução dos serviços, causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por motivo de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia), bem como na indenização a estes em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.2.25. Permitir a fiscalização por parte do MUNICÍPIO na prestação dos serviços, o qual poderá, inclusive, recusar itens que estiverem em desacordo com os termos do instrumento decorrente da Ata, sem que caiba qualquer indenização à CONTRATADA.
- 10.2.26. Tomar os cuidados necessários quanto à prestação serviços, obrigando – se a repor, por sua conta, sem ônus para o MUNICÍPIO, todo aquele que julgar fora da especificação constante do objeto desta licitação.
- 10.2.27. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços que lhe forem contratados.
- 10.2.28. Prestar integral obediência a legislação, as normas de trânsito e as normas relativas à higiene, segurança e Medicina do Trabalho.
- 10.2.29. Prestar esclarecimentos necessários solicitados pelo MUNICÍPIO, caso haja alguma dúvida quanto a prestação dos serviços.
- 10.2.30. Dar ciência imediata e por escrito ao MUNICÍPIO sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 10.2.31. Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.
- 10.2.32. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Termo de Referência, de acordo com as especificações e normas técnicas vigentes.
- 10.2.33. Fornecer e manter tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.
- 10.2.34. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização do município.
- 10.2.35. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização do município.
- 10.2.36. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.



10.2.37. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional a nenhum município que contratar os serviços.

10.2.38. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes da execução do objeto, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao município, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com este município.

10.2.39. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da fiscalização do município CONTRATANTE.

10.2.40. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.

10.2.41. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

10.2.42. Executar os serviços, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, de acordo com as orientações da requisição, no prazo previsto em instrumento decorrente da ata a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, independente das quantidades solicitadas.

10.2.43. Executar os serviços técnicos de engenharia relativos à elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, bem como dos respectivos orçamentos técnicos das intervenções necessárias, em conformidade com as Instruções Técnicas e demais normativos vigentes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG;

10.2.44. Realizar os levantamentos técnicos in loco necessários à elaboração dos projetos, independentemente de solicitação expressa da Administração, sempre que tecnicamente necessário.

10.2.45. Protocolar, acompanhar e atender integralmente às exigências técnicas formuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG durante o processo de análise dos projetos, responsabilizando-se por todas as adequações necessárias até a efetiva aprovação do PPCIP;

10.2.46. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos projetos elaborados, respondendo por eventuais erros, omissões ou inadequações técnicas que venham a ser identificadas durante sua análise ou após sua aprovação;

10.2.47. Promover as adequações e revisões necessárias nos projetos e documentos técnicos decorrentes de exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG durante o processo de análise, responsabilizando-se pelo atendimento integral às exigências até a efetiva aprovação do PPCIP.

10.2.48. Elaborar os orçamentos técnicos necessários à futura execução das adequações físicas eventualmente indicadas nos projetos aprovados, observando, preferencialmente, os custos unitários constantes das tabelas referenciais oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, conforme aplicável, admitindo-se a utilização de outras bases setoriais oficiais somente quando comprovada a inexistência de composição equivalente nos referidos sistemas, mediante apresentação de memória de cálculo e composição analítica de custos.

10.2.49. Assegurar que os orçamentos técnicos elaborados estejam compatíveis com os projetos aprovados pelo CBMMG, contendo quantitativos e especificações suficientes para subsidiar futura contratação para execução das adequações físicas necessárias.



10.2.50. Garantir a compatibilidade entre os serviços executados e a planilha orçamentária apresentada na proposta e aceita pela Administração, responsabilizando-se por eventuais inconsistências que prejudiquem a execução, a medição, a liquidação ou a prestação de contas da contratação.

10.2.50. Fornecer todas as informações técnicas necessárias à Administração para subsidiar futura contratação destinada à execução das adequações físicas eventualmente exigidas pelo projeto aprovado;

10.2.51. Designar responsável técnico legalmente habilitado, com registro vigente no CREA ou CAU, para acompanhamento da execução dos serviços, emitindo previamente ao protocolo dos projetos e orçamentos técnicos as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registradas no conselho profissional competente;

10.2.52. Manter responsável técnico habilitado durante toda a execução dos serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços;

10.2.53. Considerar todas as despesas necessárias à elaboração, protocolo, acompanhamento e aprovação dos projetos junto ao CBMMG, excetuando-se as taxas e emolumentos eventualmente exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG para análise e aprovação dos projetos, que serão custeados pela Administração.

10.2.54. Observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações aplicáveis à elaboração de projetos de segurança contra incêndio e pânico;

10.2.55. Diagnosticar as inconformidades existentes nas edificações em relação às normas de segurança contra incêndio e pânico, indicando as adequações físicas necessárias à futura regularização.

10.2.56. Responsabilizar-se pela veracidade das informações técnicas constantes dos projetos e documentos apresentados aos órgãos competentes;

10.2.57. Responsabilizar-se integralmente pela consistência técnica dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP e dos respectivos orçamentos técnicos elaborados, respondendo pela correção de eventuais erros, omissões, incompatibilidades, inconsistências ou inadequações técnicas identificadas, inclusive aquelas decorrentes de falhas de:

- a) Dimensionamento;
- b) Levantamento in loco;
- c) Quantificação de serviços;
- d) Composição de custos; ou
- e) Especificações técnicas.

10.2.58. A responsabilidade prevista no subitem anterior não inclui a execução física das intervenções eventualmente indicadas nos projetos aprovados, a qual será objeto de contratação específica.

10.2.59. Promover, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração, todas as revisões, ajustes e adequações necessárias nos projetos e orçamentos técnicos decorrentes de erros ou inconsistências técnicas de sua responsabilidade, ainda que identificados:

- a) Após a aprovação do PPCIP pelo CBMMG; ou
- b) Durante futura fase de execução das intervenções indicadas.

10.2.60. Os riscos decorrentes de falhas na elaboração dos projetos técnicos e dos orçamentos apresentados serão considerados como risco ordinário da execução dos serviços, não cabendo à Contratada qualquer pleito de:

- a) Medição;
- b) Pagamento adicional;
- c) Compensação financeira; ou
- d) Reequilíbrio econômico-financeiro em razão da necessidade de correções técnicas.



10.2.61. O descumprimento das obrigações previstas nos subitens anteriores poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

10.2.62. Prestar esclarecimentos técnicos ao CBMMG, quando formalmente solicitados durante o processo de análise dos projetos.

10.2.63. Entregar os projetos, documentos técnicos e orçamentos em formato editável e em formato PDF, conforme padrão a ser definido pela Administração.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

11.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156 da referida Lei, especialmente nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações relativas à elaboração dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico - PPCIP e dos respectivos orçamentos técnicos, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado e do Consórcio deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7. O descumprimento das obrigações técnicas relativas à elaboração dos PPCIP e dos respectivos orçamentos técnicos, inclusive quanto à consistência das informações apresentadas, compatibilidade entre projetos e levantamentos in loco, observância das normas técnicas aplicáveis, bem como à necessidade de correção de erros, omissões, incompatibilidades ou inadequações técnicas identificadas durante a análise pelo CBMMG ou em etapa posterior, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.135.981,98 (Um milhão cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos)**, conforme custos unitários constantes na tabela resumo inserida neste Termo de Referência e detalhamento da planilha orçamentária anexa.





TABELA – RESUMO DE QUANTITATIVOS GERAL

SECRETARIA	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	41	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 89.153,00	R\$ 192.113,21
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	15609,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 17.205,87	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	126	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 23.879,25	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	2427	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 12.607,54	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	2457	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 11.206,87	
	6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES	M²	6025	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 23.053,70	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2						
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	4700,2	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 15.006,99	
	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	36	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 78.280,68	R\$ 202.771,86
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	25727,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 28.359,17	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	98	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 18.572,75	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1550	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 8.051,79	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1348	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 6.148,50	
	6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	M²	3133,5	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 11.989,84	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03.00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>



				EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2						
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	10696	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 34.150,62	
	8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000	R\$ 1,51	R\$ 1,91	R\$ 17.218,53	
SECRETARIA DE OBRAS	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 15.601,57
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	675	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 744,05	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	675	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.506,42	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO	A1	10	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 21.744,63	R\$ 48.504,43





				EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL						
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	3788	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 4.175,47	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	28	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 5.306,50	
	4	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	3788	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 17.277,83	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	20	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 43.489,27	
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1481	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.632,49	R\$ 66.081,36
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção,	H	70	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 13.266,25	



SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA				com no máximo 5 etapas de correção)						
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1481	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 7.693,35	
	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	16	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 34.791,41	
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1591,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.753,96	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	56	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 10.613,00	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1591,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 8.265,81	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	12	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 26.093,56	
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da	M²	883	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 973,32	
										R\$ 55.424,19
										R\$ 39.613,55





				área construída e representação arquitetônica dela)						
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	42	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 7.959,75	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	883	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.586,92	
SECRETARIA DE AGRONEGÓCIO	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	3140,6	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 3.461,85	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
	4	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	3140,6	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 12.017,00	R\$ 29.004,42





SECRETARIA DE CULTURA	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	16	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 34.791,41	R\$ 56.429,81
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1750,9	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.930,00	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	56	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 10.613,00	
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	1750,9	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 9.095,40	
SECRETARIA DE SAÚDE	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	116	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 252.237,76	R\$ 430.437,56
	2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	18521,1	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 20.415,62	
	3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo	H	392	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 74.291,00	





				inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)						
	4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	9884,1	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 51.344,93	
	5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	3341	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 15.238,97	
	7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	5296	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 16.909,28	
TOTAL GERAL									R\$ 1.135.981,98	

BDI = 26,70%

TABELA – RESUMO DE QUANTITATIVOS GERAL

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE DE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	276	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 600.151,16
2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	73167,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 80.651,80
3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	896	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 169.808,00
4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	20242,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 105.152,16
5	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	10934	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 49.872,16
6	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	12299,1	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 47.060,54

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03:00 - 03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: https://c.ipm.com.br/pa560aee040d36

7	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	20692,2	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 66.066,88
8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000	R\$ 1,51	R\$ 1,91	R\$ 17.218,53
TOTAL GERAL							R\$ 1.135.981,98	

BDI = 26,70%

12.2. A estimativa de preços foi elaborada com base nos quantitativos projetados para atendimento das edificações públicas municipais, considerando a execução dos serviços técnicos de engenharia relativos à elaboração dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, bem como dos respectivos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à futura adequação das edificações às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico.

12.3. Em se tratando de licitação realizada sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, os valores estimados possuem caráter referencial, destinando-se exclusivamente à formação de preços e à estimativa de demanda da Administração, não constituindo obrigação de contratação mínima por parte desta, observados os limites e critérios de medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência.

12.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 209 do Decreto Municipal nº 14.754/2023):

a) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.5. Os preços registrados poderão ser reajustados monetariamente, mediante solicitação da Contratada, após o período mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado pela Administração, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observado o disposto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.6. O reajuste incidirá sobre os valores constantes dos instrumentos decorrentes da Ata de Registro de Preços, relativamente ao saldo remanescente a executar.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.1.1. A presente contratação possui previsão orçamentária inicial, sendo atendida pela seguinte dotação:

- I. Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
- II. Unidade Orçamentária: 030 – SUOSI Sec.Obras, Serviços e Infraestrutura
- III. Sub-Unidade Orçamentária: 001 – Depto de Obras de Engenharia
- IV. Código: 15.451.1551 6131 – MANUT.ATIV.SEC.MUN.OBR.SERV.INFRAESTRUT.
- V. Natureza: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- VI. Sub Elemento de despesa: 33.90.39.05.00 – Serviços técnicos profissionais

13.1.2. Considerando tratar-se de contratação realizada sob o Sistema de Registro de Preços – SRP, com execução sob demanda, as despesas decorrentes das ordens de serviço emitidas poderão ser suplementadas



por outras unidades orçamentárias da Administração, conforme a origem da demanda e disponibilidade orçamentária, nos termos da legislação vigente.

13.1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento nos instrumentos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

14. APÊNDICES

14.1. Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

14.2. Planilhas de Estimativas de Custos.

Itabirito, 04 de março de 2026.

Natalia Cristina Ribeiro Germano
Engenheira Civil
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui a etapa inicial da fase de planejamento da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e tem por finalidade analisar a necessidade da Administração Pública Municipal relacionada à regularização das edificações públicas quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico, bem como avaliar as alternativas disponíveis no mercado para o adequado atendimento dessa necessidade, à luz do interesse público.

Este estudo objetiva caracterizar o problema a ser enfrentado pela Administração, identificar e comparar possíveis soluções técnicas e operacionais, analisar sua viabilidade técnica e econômica e subsidiar, de forma fundamentada, a definição da melhor estratégia de contratação, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da legalidade, da transparência e da isonomia que regem as contratações públicas.

Ressalta-se que, nesta etapa, o ETP não define previamente a solução a ser contratada, limitando-se a estruturar a análise necessária para a tomada de decisão administrativa quanto à forma, ao escopo e ao modelo de contratação mais adequado para viabilizar a obtenção dos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB das edificações públicas municipais, considerando as especificidades técnicas, normativas e operacionais envolvidas.

Assim, o presente estudo servirá de base para as etapas subsequentes do planejamento da contratação, incluindo a definição da solução, a estimativa de quantidades e custos, a escolha do procedimento licitatório e a elaboração dos instrumentos convocatórios, de modo a assegurar segurança jurídica, eficiência administrativa e adequada alocação dos recursos públicos.

Considerando a natureza recorrente da demanda, a multiplicidade de edificações públicas, a imprevisibilidade quanto à ordem e ao momento de execução de cada unidade, bem como a padronização técnica das atividades envolvidas, este Estudo Técnico Preliminar analisa, de forma fundamentada, a viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 85 da Lei nº 14.133/2021, como estratégia de contratação mais adequada ao atendimento do interesse público.



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Pública Municipal de Itabirito enfrenta a necessidade de promover a regularização das edificações públicas sob sua responsabilidade quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico, especialmente daquelas destinadas ao atendimento direto à população, tais como unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos administrativos, espaços de atendimento ao consumidor e áreas de uso coletivo, a exemplo de escolas municipais, centros educacionais, unidades básicas de saúde, PROCON, Mercado Municipal, dentre outros imóveis utilizados para a prestação contínua de serviços públicos essenciais.

Essas edificações recebem diariamente elevado fluxo de pessoas, inclusive públicos em situação de maior vulnerabilidade, o que impõe à Administração o dever de garantir condições adequadas de segurança, prevenção de riscos e proteção à vida. A inexistência, o vencimento ou a irregularidade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB expõem o Município a riscos relevantes, tanto do aspecto da segurança coletiva quanto sob as perspectivas jurídica, administrativa e patrimonial.

Do ponto de vista normativo, a regularização constitui requisito legal para o funcionamento de imóveis de uso coletivo, sendo indispensável para evitar sanções, interdições, responsabilizações civis e administrativas e para atender às diretrizes de gestão de riscos preconizados pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A demanda não se limita a uma única secretaria ou unidade administrativa, mas decorre de solicitações recorrentes de diversos órgãos municipais, responsáveis por edificações com diferentes características, usos e níveis de complexidade. Trata-se, portanto, de uma necessidade institucional de caráter transversal, que exige abordagem planejada e integrada, evitando soluções pontuais, fragmentadas ou emergenciais.

Nesse contexto, a necessidade a ser atendida relaciona-se à adoção de medidas estruturadas que assegurem a regularização das edificações públicas, garantam a continuidade dos serviços prestados à população e mitiguem riscos à vida, bem como passivos administrativos, jurídicos e patrimoniais associados à utilização de imóveis sem a devida conformidade legal.

Por fim, destaca-se que a demanda possui caráter permanente e recorrente, uma vez que as edificações públicas estão sujeitas a renovações periódicas, adequações normativas, alterações de uso, reformas, ampliações e fiscalizações externas, o que impõe a constante elaboração, revisão e reapresentação de projetos e documentos técnicos perante o Corpo de Bombeiros.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



A demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual sob o Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Objeto – Projetos.

No PCA, consta o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que engloba a contratação de projetos para 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A eventual contratação a ser definida ao final do presente Estudo Técnico Preliminar deverá observar requisitos mínimos capazes de assegurar que a solução adotada atenda, de forma adequada, às necessidades da Administração Municipal, considerando as exigências técnicas, normativas, operacionais e de desempenho relacionadas à regularização das edificações públicas quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico.

Nesse sentido, a solução a ser contratada deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Conformidade legal e normativa, com atendimento às Instruções Técnicas e demais normativos vigentes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, às normas técnicas brasileiras aplicáveis à segurança contra incêndio e pânico, bem como às legislações federais, estaduais e municipais correlatas;
- b) Levantamento técnico in loco das edificações indicadas pela Administração, compreendendo medições, registros fotográficos, identificação de usos, ocupações, áreas, sistemas existentes e demais informações necessárias à correta caracterização do imóvel para fins de elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio;
- c) Elaboração de projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio e pânico, em conformidade com as exigências do CBMMG, incluindo peças gráficas, memoriais, formulários, relatórios, documentos técnicos e demais elementos necessários à instrução dos processos de aprovação;
- d) Acompanhamento técnico dos processos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, compreendendo a protocolização, o atendimento a exigências técnicas, a prestação de esclarecimentos, a reapresentação de documentos e os ajustes decorrentes de análises e diligências, até a obtenção da aprovação;
- e) Responsabilização técnica integral pelos levantamentos realizados, pelos projetos elaborados e pelas informações apresentadas, inclusive quanto à compatibilidade das soluções propostas com as condições reais das edificações, respondendo a contratada por erros, omissões ou inconsistências, ainda que identificados posteriormente;
- f) Emissão das Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) correspondentes às atividades desenvolvidas, conforme legislação profissional aplicável;
- g) Elaboração de planilha orçamentária referencial das intervenções eventualmente necessárias à adequação das edificações, com base nos projetos aprovados, destinada exclusivamente a subsidiar futuras contratações pela Administração, sem gerar qualquer direito ou expectativa de execução das obras pela contratada;
- h) Disponibilização de profissionais legalmente habilitados, com registro ativo nos respectivos conselhos



de classe, para a execução das atividades técnicas e para acompanhamento dos processos de aprovação;

- i) Observância de critérios objetivos de medição e remuneração, baseados em unidades mensuráveis e verificáveis, tais como quantidade de pranchas técnicas e horas técnicas de profissionais, a serem detalhados nos instrumentos convocatórios e contratuais;
- j) Padronização, organização e rastreabilidade dos produtos entregues, assegurando a adequada fiscalização, arquivamento e utilização dos projetos e documentos técnicos pela Administração Municipal.

Os requisitos ora elencados visam assegurar que a solução a ser contratada seja capaz de atender ao interesse público de forma eficiente, segura e economicamente adequada, sem impor restrições indevidas à competitividade, preservando a isonomia entre os licitantes e permitindo a adequada gestão e fiscalização contratual.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas a partir do levantamento consolidado das demandas encaminhadas pelas diversas Secretarias Municipais, contemplando as edificações públicas sob sua responsabilidade que necessitam de regularização quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico. O levantamento considerou, entre outros aspectos, a identificação dos imóveis, seus usos predominantes, o tipo de ocupação, o porte das edificações e a complexidade técnica estimada para a elaboração dos respectivos projetos.

Para fins de estimativa, a Administração adotou como unidades de referência os produtos e serviços efetivamente mensuráveis, notadamente a quantidade de pranchas técnicas de projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, bem como as horas técnicas necessárias ao acompanhamento dos processos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, por se tratarem de unidades que permitem maior objetividade, comparabilidade de propostas e controle da execução contratual, independentemente das variações de porte e tipologia das edificações.

Ressalta-se que, embora as quantidades tenham sido estimadas de forma global para fins de planejamento e definição do limite máximo da contratação, a execução dos serviços ocorrerá de maneira parcelada e sob demanda, conforme a priorização administrativa e a disponibilidade orçamentária, mediante emissão de ordens de serviço específicas. Tal característica reforça a adequação do Sistema de Registro de Preços, que permite flexibilidade na contratação, sem geração de obrigação automática de consumo dos quantitativos estimados.

As quantidades de pranchas de projeto por edificação foram estimadas com base em parâmetros técnicos usualmente adotados para projetos de segurança contra incêndio, considerando, entre outros aspectos, a área construída, o número de pavimentos, a ocupação, os sistemas de proteção exigidos pelas Instruções Técnicas do CBMMG e o nível de detalhamento gráfico necessário para aprovação. As horas técnicas foram estimadas considerando as atividades inerentes ao processo, incluindo preparação e organização da documentação, protocolização, acompanhamento das análises, atendimento a diligências e



reapresentação de documentos, quando necessária.

Ressalta-se que as quantidades apresentadas possuem caráter meramente estimativo, destinando-se ao planejamento da contratação e à definição do limite máximo contratual, podendo ser ajustadas ao longo da execução, conforme a demanda efetivamente formalizada pela Administração, mediante emissão de ordens de serviço, respeitados os limites estabelecidos no instrumento convocatório.

As memórias de cálculo e os documentos de suporte utilizados para a definição das quantidades estimadas encontram-se consolidados em planilha específica, a qual discrimina, por edificação e por tipo de serviço, os quantitativos previstos, assegurando transparência, rastreabilidade e adequada fundamentação técnica da estimativa realizada.

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CMEI CELINA SALOMÉ	Rua Belo Horizonte, 998 - LOURDES	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	980	A1	4
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	980
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	980
	CMEI PEQUENO CIDADÃO	Rua Algemiro Mapa s/nº - VILA JOSÉ LOPES / JARDIM DAS ACÁCIAS	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	2055	A1	5
			6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	2055



		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		8	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2		M²	2055
CMEI MARIA HELENA PARANHOS	Av. Dos Inconfidentes, 766 - BELA VISTA	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1317	A1	4
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1317
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		12	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1317
CMEI JUANITA DONADA FRANÇA	Rua Trinta, 175 – ÁGUA LIMPA	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1140	A1	4
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1140
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto		H	14



					aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		
		16	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1140
CMEI VOVÓ ANA	Estrada da Ladeira, 148, Bairro Meu Sítio	17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		18	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	298
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		20	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	298
ESCOLA ANTÔNIO TOLEDO SOBRINHO	MARZAGÃO	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	235
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14



					no máximo 5 etapas de correção)		
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	235
ESCOLA ANA AMÉLIA QUEIROZ	Rua Petúnia, s/nº - GUTIERREZ	25	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	6
		26	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	4700,2
		27	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		28	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	4700,2
ESCOLA OLIMPIA MOURÃO MALHEIROS	Rua Heitor Marinho Braga, nº9 – Córrego do Bação	29	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		30	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	914
		31	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14





			32	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	914
			33	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	6
			34	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	3970
			35	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	3970	H	14
			36	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2		M²	3970
	ESCOLA VÔ DOTE	Rua Aimorés, 245 - MUNU							

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
			1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	6
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	5400	M²	5400
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros,		H	14
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SEDE PREFEITURA, ENGLOBANDO TODAS AS ÁREAS E GALPÕES	Av. Queiroz Júnior, 635 - Praia, Itabirito - MG							



					considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		
		4	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	5400
CENTRO ADMINISTRATIVO ENGLOBALANDO TODA ÁREA, SETORES E GALPÕES	Rua Getúlio Vargas, 295, Centro Itabirito MG	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	7
		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	9000
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000
ARQUIVO MORTO	Rua Zumbi dos Palmares, 152 Nossa Senhora de Fátima	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS	M²	935



					BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	935
RODOVIÁRIA, ACESSOS E ESTACIONAMENTOS	3655 - Rod. dos Inconfidentes, 3567 - Santa Efigênia, Itabirito - MG	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	3133,5	A1	5
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	3133,5
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		16	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO		M²	3133,5



					DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2			
CEMITÉRIO PARQUE ESPERANÇA	Av. Queiroz Junior, 3550 – Itabirito MG	17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1348	A1	4
		18	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1348
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		20	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1348
CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA	59, R. Mal. Floriano, 1 - Matozinhos, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	615	A1	4
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	615
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação		H	14



CURTUME SANTA LUZIA	Curtume Santa Luzia - Itabirito/MG	24	SETOP	CO-27399	do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	M²	615
		25	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	6
		26	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	5296
		27	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		28	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	5296



SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA DE OBRAS	Procon	R. João Pessoa, 10 - Centro, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	675	A1	4
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	675
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	675

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Prédio da SEMDE	Rua Dr. Guilherme, 169, Centro, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1920	A1	5
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1920
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			4	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA		M²	1920





						E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2			
			5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	5
			6	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1868
			7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	1868	H	14
			8	SETOP	CO- 27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1868
	MERCADO MUNICIPAL DE ITABIRITO – Nem do Roldão	Rua Dr. Eurico Rodrigues, 486, Praia, Itabirito/MG							

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
			1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4
			2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	100	M²	100
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para		H	14
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CONSELHO TUTELAR	Rua Getúlio Vargas, n.º 220, Centro, Itabirito - MG							



					aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	100
CRAS - Zely Caldeira	R. Carmelita da Silva Lara, 223 - Portões, Itabirito - MG	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	385
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	385
CRAS - Padre Adelmo	R. Ana Mª Teixeira, 453 - Cardoso, Itabirito - MG	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	485
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	485





CRAS - Maria Loura	R. Francisco Marques Júnior, 115 - Nossa Sra. de Fátima, Itabirito - MG	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	261	A1	4
		14	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	261
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		16	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	261
CREAS	Praça Cel. Baeta, 42 - Santa Tereza, Itabirito - MG	17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	250	A1	4
		18	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	250
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
		20	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	250

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, E PREVENÇÃO E	SEDE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	Avenida dos Inconfidentes, 185, Bairro Agostinho Rodrigues	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	814	A1	4
			2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para		M²	814



MOBILIDADE URBANA					levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	814
		5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
SEDE DA DEFESA CIVIL	Rua Claudionor André Teixeira, 41, Bairro Novo Santa Efigênia	6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	230
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	230
		9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO	Rua Raul Soares, 100, Centro	10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área	M²	465





						construída e representação arquitetônica dela)		
			11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	465
			13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	82,2
			15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			16	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	82,2
	JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO	Praça São Sebastião, nº15, Centro					82,2	

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	PARQUE AGROPECUÁRIO TARCÍSIO BRETAS LIMA	R. Heitor Marinho Braga - Itabirito, MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	3140,6	A1	5





			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	3140,6
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			4	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	3140,6

SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PARQUE ECOLOGICO	Av. Queiroz Júnior, 1500 - Santo Antônio, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	300	A1	4
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	300
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	300
	CASA VERDE	Alameda Wolmer Abreu Matos, 160 -	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	293	A1	4



	Monte Sinai, Itabirito - MG	6	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	293
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		8	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	293
	ATERRO SANITÁRIO	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
		10	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	290
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
		12	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	290
	BR-356, 26000 - Itabirito, MG	290					



SECRETARIA DEMANDANTE	PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO	BIBLIOTECA PÚBLICA	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito – MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	240,2	A1	4
			2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	240,2
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	240,2
	CRIT - COMPLEXO TURISTICO DA ESTAÇÃO	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito – MG	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	242,7	A1	4
			6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	242,7
			7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	242,7
	SALÃO DOS FERROVIÁRIOS	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito –	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	300	A1	4



CAMARINS JULIFEST, RESTAURANTE E BANHEIROS	Praça dos Inconfidentes - Lourdes, Itabirito - MG	MG	10	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	968	M²	300
			11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			12	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	300
			13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	968	A1	4
			14	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	968
			15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			16	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	968
			ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		UNIDADE	QUANTIDADE
			1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	5
			2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento		M²	1734



					da área construída e representação arquitetônica dela)			
			3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			4	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1734
			5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	726
			7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	726
			9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	492,5
			11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto	H	14



					aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)			
			12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	492,5
			13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	785,9
			15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			16	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	785,9
			17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			18	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	568,2
			19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14



			20	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	568,2
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	857,1
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	857,1
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	147,3
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	147,3



			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	208,6
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	208,6
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	591
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	591
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000	M²	151



					M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	151
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	259
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	259
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	5
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	1607
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto	H	14



						aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)			
			24	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1607
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	893
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	893
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	100
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14



			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	100
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	216,5
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	216,5
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	76
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	76



			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	550
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	550
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	115
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	115
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000		M²	433



					M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	433
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	607
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	607
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	169
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto	H	14



					aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M² 169
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1 4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M² 420
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H 14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M² 420
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1 4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M² 236
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H 14



			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	236
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	554
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	554
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	241
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	241



			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	6
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	5296
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	M²	5296
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	300
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	300
			21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4
			22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS	M²	187



						COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
			23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14
			24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	187

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado teve como finalidade identificar, analisar e comparar, de forma sistemática, as soluções disponíveis para atendimento da demanda de elaboração de projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, acompanhamento dos processos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar e elaboração de orçamentos técnicos decorrentes dos projetos aprovados, considerando a diversidade de edificações públicas, a variabilidade de áreas, ocupações, níveis de risco e o atendimento direto à população.

A análise considerou não apenas a existência teórica das soluções, mas sobretudo sua viabilidade prática, sua aderência ao funcionamento da Administração Pública, sua compatibilidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e os riscos usualmente apontados por órgãos de controle, especialmente quanto a falhas de planejamento, fracionamento indevido da despesa, direcionamento, restrição à competitividade e ineficiência da contratação.

6.1 Execução Direta pela Administração, com Utilização do Corpo Técnico Próprio

Descrição da solução:

Esta alternativa pressupõe que a própria Administração assuma integralmente todas as etapas técnicas do objeto, compreendendo: levantamento in loco das edificações, análise das condições existentes, definição das medidas de segurança contra incêndio, elaboração dos projetos técnicos em pranchas, preparação de memoriais e formulários, protocolo e acompanhamento dos processos junto ao Corpo de Bombeiros e elaboração de orçamentos técnicos a partir dos projetos aprovados.



Para sua viabilidade, seria necessário que o Município dispusesse, de forma simultânea, de:

- a) quantitativo suficiente de profissionais legalmente habilitados, com atribuições compatíveis;
- b) disponibilidade funcional para dedicação intensiva às atividades de projeto;
- c) softwares técnicos licenciados, atualizados e em número compatível com a demanda;
- d) estrutura administrativa para acompanhamento contínuo dos processos de aprovação.

Análise prática e operacional:

No cenário atual, a execução direta apresenta severas limitações, uma vez que a demanda envolve múltiplas edificações, com características distintas, exigindo atuação paralela e contínua em diversos projetos, dentro de prazos compatíveis com exigências legais, fiscalizações e funcionamento regular dos serviços públicos.

Além disso, a ausência de infraestrutura tecnológica adequada (softwares especializados) e a insuficiência de mão de obra técnica comprometem prazos, qualidade técnica e a capacidade de resposta da Administração às exigências do Corpo de Bombeiros.

Vantagens:

- a) inexistência de custo contratual direto;
- b) domínio integral do processo pela Administração.

Desvantagens e riscos relevantes:

- a) baixa capacidade de atendimento simultâneo;
- b) risco elevado de atrasos e retrabalho;
- c) comprometimento das atividades ordinárias dos servidores;
- d) limitação técnica e tecnológica;
- e) fragilidade frente a auditorias quanto à eficiência e ao planejamento.

Conclusão:

Solução considerada operacionalmente inadequada e incompatível com a complexidade e o volume da demanda, não atendendo ao princípio da eficiência administrativa.

6.2 Contratação Direta de Profissionais Autônomos ou Pessoas Físicas

Descrição da solução:

Esta alternativa consistiria na contratação individualizada de profissionais autônomos ou pessoas físicas para execução de partes ou da totalidade do objeto, abrangendo, conforme a necessidade, a elaboração de projetos técnicos, o acompanhamento dos processos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar e a produção de orçamentos técnicos decorrentes dos projetos aprovados.

Na prática, essa solução exigiria a realização de múltiplas contratações paralelas ou sucessivas, seja por edificação, por secretaria demandante ou por especialidade técnica, impondo à Administração elevada



carga de coordenação, controle e compatibilização dos serviços executados por diferentes profissionais, sem que houvesse unidade técnica ou gerencial centralizada.

Análise prática, administrativa e jurídica:

Embora o mercado disponha de profissionais tecnicamente capacitados, a contratação de pessoas físicas apresenta limitações relevantes quando aplicada a objetos de maior escala, abrangência institucional e multiplicidade de unidades, especialmente no que se refere à padronização técnica, à uniformidade de critérios de projeto, à compatibilização das soluções adotadas e à responsabilização global pelo resultado final.

Além disso, a fragmentação da contratação, ainda que formalmente justificada por demandas individuais, potencializa o risco de caracterização de fracionamento indevido da despesa, uma vez que o objeto é homogêneo, tecnicamente correlato e previsível no tempo.

Vantagens:

- a) flexibilidade para demandas pontuais;
- b) eventual redução de custo unitário em casos isolados.

Desvantagens e riscos relevantes:

- a) aumento expressivo do custo administrativo de gestão e coordenação;
- b) dificuldade de padronização e compatibilização técnica;
- c) maior risco de atrasos e retrabalho;
- d) fragilidade jurídica quanto ao fracionamento da despesa;
- e) ausência de economia de escala;
- f) menor previsibilidade de prazos, custos e resultados.

Conclusão:

Solução juridicamente sensível, operacionalmente complexa e administrativamente onerosa, não recomendada para o atendimento da demanda institucional identificada.

6.3 Contratações Fragmentadas por Prédio, Secretaria ou Objeto Específico

Descrição da solução:

Nesta alternativa, a Administração promoveria contratações distintas e independentes, segmentando o objeto por unidade predial, secretaria demandante ou tipo de projeto, com processos administrativos autônomos para cada necessidade identificada.

Análise jurídica, econômica e de controle:

Embora essa abordagem possa aparentar maior aderência à realidade individual de cada edificação, ela desconsidera a natureza homogênea, continuada e previsível do objeto, resultando em perda de



padronização técnica, aumento do custo global e elevação significativa do risco jurídico.

A fragmentação do objeto, quando a Administração possui conhecimento prévio da demanda agregada, contraria o dever de planejamento e tem sido reiteradamente apontada pelos órgãos de controle como prática incompatível com os princípios da economicidade, da eficiência e da isonomia, por dificultar a competitividade ampla, comprometer a isonomia entre os licitantes e favorecer a pulverização indevida das contratações.

Vantagens:

- a) segmentação aparente das demandas.

Desvantagens e riscos:

- a) elevado risco de fracionamento indevido;
- b) perda de eficiência administrativa;
- c) aumento do custo total da contratação;
- d) dificuldade de fiscalização e controle;
- e) baixa maturidade do planejamento.

Conclusão:

Solução descartada, por não atender aos princípios da Lei nº 14.133/2021, apresentando alta probabilidade de fracionamento indevido de despesas

6.4 Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projetos Técnicos**Descrição da solução:**

Esta alternativa consiste na contratação de pessoa jurídica especializada, com capacidade técnica comprovada, para executar de forma integrada todas as etapas do objeto, incluindo levantamentos in loco, elaboração dos projetos técnicos, acompanhamento dos processos de aprovação e elaboração de orçamentos técnicos.

A definição da remuneração por hora técnica e por pranchas permite absorver as variações entre edificações, diferenças de área construída, complexidade e nível de risco, sem necessidade de fracionamento do objeto ou multiplicidade de contratos.

Análise técnica e operacional:

O mercado apresenta número significativo de empresas aptas a executar esse tipo de serviço, assegurando ampla competitividade. A contratação centralizada possibilita padronização técnica, responsabilização unificada, gestão contratual simplificada e maior previsibilidade de custos e prazos.

Vantagens:

- a) elevada eficiência operacional;
- b) economia de escala;



- c) redução do ônus administrativo;
- d) maior segurança técnica e jurídica;
- e) flexibilidade na execução.

Desvantagens:

- a) necessidade de controle rigoroso de medições por hora técnica;
- b) exigência de fiscalização técnica qualificada.

Conclusão:

Solução que se apresenta mais adequada, segura e eficiente, atendendo de forma equilibrada às necessidades da Administração.

6.5 Conclusão da Análise das Soluções

A análise comparativa das soluções disponíveis evidencia que a contratação de empresa especializada, com escopo claramente definido e remuneração por hora técnica e por pranchas, é a alternativa que melhor atende às necessidades da Administração Municipal, por equilibrar eficiência operacional, economicidade, segurança jurídica, controle administrativo e atendimento tempestivo à população, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e da governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

As demais alternativas analisadas demonstram fragilidades relevantes, seja pela fragmentação do objeto, pelo aumento do risco de fracionamento indevido da despesa, pela dificuldade de padronização técnica ou pela elevação do ônus administrativo, o que compromete a efetividade do planejamento e a governança da contratação.

Assim, conclui-se que a contratação centralizada de empresa especializada permite padronização técnica, responsabilização unificada, maior previsibilidade de resultados e redução de riscos administrativos e jurídicos, configurando-se como a solução mais adequada ao interesse público.

6.6 Justificativa Orçamentária e Adoção do Sistema de Registro de Preços

Embora o valor atualmente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA seja de aproximadamente R\$ 100.000,00, a demanda relacionada à regularização das edificações públicas junto ao Corpo de Bombeiros possui caráter contínuo, recorrente e imprevisível, não sendo possível definir previamente a totalidade dos imóveis a serem atendidos nem o momento exato da execução de cada serviço.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP mostra-se a solução mais adequada, pois permite que as contratações ocorram de forma gradual, conforme a efetiva disponibilidade orçamentária, sem a obrigatoriedade de consumo integral do valor estimado, assegurando maior flexibilidade administrativa, controle financeiro e aderência ao planejamento.

Dessa forma, o SRP viabiliza a execução do objeto de maneira escalonada e responsável,



compatibilizando a necessidade permanente da Administração com as limitações orçamentárias existentes, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a partir da metodologia técnica compatível com a natureza e a complexidade do objeto, considerando a diversidade de edificações públicas municipais, suas áreas, tipologias, níveis de risco e as exigências normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Considerando que o objeto envolve serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, com atividades de naturezas distintas e graus variáveis de complexidade, adotou-se modelo de remuneração segmentado, estruturado de forma a assegurar proporcionalidade entre esforço técnico e pagamento, previsibilidade de custos, ampla competitividade e segurança jurídica.

A estimativa de custos contempla, de forma integrada:

- a) remuneração por pranchas/folhas técnicas em formato A1, para a elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio, não sendo admitida nova remuneração por pranchas decorrentes exclusivamente de correções solicitadas pelo Corpo de Bombeiros;
- b) remuneração por hora técnica de profissional legalmente habilitado, para as atividades de protocolo, acompanhamento, atendimento a exigências, reapresentações e obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- c) remuneração por metro quadrado (m²), para a elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações, a serem futuramente licitadas pela Administração, com base nos projetos aprovados.

Essa estrutura reflete práticas consolidadas de mercado de serviços técnicos especializados e permite tratamento isonômico das edificações, independentemente de porte ou complexidade, afastando soluções artificiais de precificação global e reduzindo riscos de distorção orçamentária.

7.1 Metodologia adotada para estimativa de preços

A metodologia de estimativa considerou os seguintes parâmetros:

- a) identificação das atividades técnicas envolvidas no objeto;
- b) estimativa da quantidade de pranchas A1 necessárias para os projetos de prevenção e combate a incêndio, conforme tipologia e área das edificações;
- c) estimativa do quantitativo de horas técnicas demandadas para os procedimentos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, incluindo protocolos, análises e reapresentações;
- d) estimativa da área construída (m²) a ser considerada para elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções futuras;
- e) adoção de valores unitários referenciais compatíveis com o mercado, fundamentados em bancos de



custos públicos e setoriais reconhecidos.

Para fins de dimensionamento dos serviços técnicos e da remuneração vinculada à área, será considerada exclusivamente a área construída da edificação, conforme definida nas Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, excluídas as áreas de terreno não edificadas, salvo quando configurarem áreas de risco específicas sujeitas às medidas de segurança contra incêndio.

Tal abordagem assegura compatibilidade entre preço estimado e esforço técnico real, viabiliza medições objetivas e facilita o controle contratual.

7.1.1. Metodologia de estimativa e mensuração das horas técnicas para obtenção do AVCB

A estimativa das horas técnicas necessárias às atividades de protocolo, acompanhamento, atendimento a exigências, reapresentações e obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB foi estruturada com base em critérios objetivos, verificáveis e vinculados a eventos administrativos externos, de modo a afastar medições genéricas, assegurar rastreabilidade e garantir aderência entre esforço técnico efetivamente demandado e pagamento.

Para fins de planejamento e estimativa de custos, adotaram-se os seguintes parâmetros referenciais:

- a) previsão de 4 (quatro) horas técnicas iniciais por edificação, destinadas à consolidação das informações técnicas, elaboração do dossiê, inserção do projeto no sistema do Corpo de Bombeiros e protocolo inicial do pedido de análise;
- b) previsão de 2 (duas) horas técnicas por edificação para cada etapa de correção, exclusivamente quando decorrente de exigência formal emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar, destinada à análise das exigências, ajustes técnicos e reapresentação do projeto;
- c) limitação do quantitativo de horas técnicas estimadas a um número máximo de etapas de correção por edificação, considerado suficiente para fins de planejamento, sem prejuízo de que apenas as etapas efetivamente demandadas e comprovadas sejam objeto de futura medição.

A metodologia adotada não se confunde com controle de jornada profissional, constituindo-se exclusivamente em critério técnico de estimativa e medição contratual, fundamentado em eventos administrativos externos à vontade da Administração e da contratada.

A medição das horas técnicas, quando da execução contratual, deverá estar obrigatoriamente vinculada à apresentação de documentação comprobatória, incluindo, no mínimo:

- a) comprovante de protocolo inicial do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar;
- b) comunicações formais de exigências técnicas emitidas pelo Corpo de Bombeiros;
- c) comprovantes de reapresentação dos projetos após cada exigência atendida.

Não serão passíveis de medição e pagamento as horas técnicas decorrentes de retrabalho motivado por falhas, omissões ou erros técnicos da contratada que resultem na reiteração de exigências anteriormente apontadas pelo Corpo de Bombeiros, por integrarem o risco técnico inerente à execução do objeto.

7.2 Fontes de referência utilizadas



Para composição dos valores unitários referenciais, foram utilizados bancos oficiais e setoriais de custos, amplamente empregados pela Administração Pública, conferindo objetividade, rastreabilidade e aderência ao mercado.

Foram adotadas, como principais referenciais, as tabelas setoriais SETOP/MG (Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias) e da SUDECAP (Superintendência de Desenvolvimento Capital), por refletirem parâmetros compatíveis com serviços técnicos e obras públicas, além de apresentarem metodologia reconhecida e atualização periódica.

As memórias de cálculo, composições de preços e demais documentos técnicos que fundamentam a estimativa encontram-se consolidados em planilha específica, a ser juntada aos autos como anexo, podendo ser classificada quanto ao sigilo, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, se assim definido pela Administração.

7.3 Valor estimado da contratação

O valor estimado da contratação considera, de forma agregada:

- O total estimado de pranchas técnicas em formato A1;
- O total estimado de horas técnicas para obtenção do AVCB;
- A área estimada (m²) das edificações para elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções futuras;
- Utilizou-se um BDI de 26,70% para a realização dos cálculos.

Secretaria de Educação

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
CMEI CELINA SALOMÉ	Rua Belo Horizonte, 998 - LOURDES	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	980	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 17.522,15
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação		M²	980	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.080,24	



					arquitetônica dela)							
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	980	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 5.090,81	
CMEI PEQUENO CIDADÃO	Rua Algemiro Mapa s/nº - VILA JOSÉ LOPES / JARDIM DAS ACÁCIAS	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	2055	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	R\$ 23.653,90
		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	2055	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 2.265,21	
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



					inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)							
		8	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2		M²	2055	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 7.863,13	
CMEI MARIA HELENA PARANHOS	Av. Dos Inconfidentes, 766 - BELA VISTA	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1317	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 18.809,92
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1317	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.451,72	
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		12	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO		M²	1317	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 6.007,10	



					DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2							
CMEI JUANITA DONADA FRANÇA	Rua Trinta, 175 – ÁGUA LIMPA	13	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1140	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 17.807,4 8
		14	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	1140	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.256,61	
		15	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		16	SETOP	CO- 27400	PLANILHA ORÇAMENTÁR IA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1140	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 5.199,77	
CMEI VOVÓ ANA	Estrada da Ladeira, 148, Bairro Meu Sítio	17	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE	298	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.227,6 1



ESCOLA ANTÔNIO TOLEDO SOBRINHO	MARZAGÃO	18	SETOP	CO-27389	PAPEL VEGETAL COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	235	M²	298	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 328,48	R\$ 12.830,90
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		20	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	298	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.548,02	
		21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e		M²	235	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 259,04	



ESCOLA ANA AMÉLIA QUEIROZ	Rua Petúnia, s/nº - GUTIERREZ				representação arquitetônica dela)						
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	235	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.220,75
		25	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	6	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 13.046,78
		26	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	4700,2	M²	4700,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 5.180,98
		27	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25



					inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)							
		28	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2		M²	4700,2	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 15.006,99	
ESCOLA OLIMPIA MOURÃO MALHEIROS	Rua Heitor Marinho Braga, nº9 – CÔRRECO DO BAÇÃO	29	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	914	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		30	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	914	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.007,49	
		31	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		32	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO		M²	914	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.747,96	
												R\$ 17.106,55



					DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2							
ESCOLA VÔ DOTE	Rua Aimorés, 245 - MUNU	33	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	3970	A1	6	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 13.046,7 8	R\$ 35.266,6 9
		34	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	3970	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 4.376,09	
		35	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		36	SETOP	CO- 27401	PLANILHA ORÇAMENTÁR IA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2		M²	3970	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 15.190,5 7	
TOTAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO											R\$ 192.113,21	





PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
SEDE PREFEITURA, ENGLOBANDO TODAS AS ÁREAS E GALPÕES	Av. Queiroz Júnior, 635 - Praia, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	5400	A1	6	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 13.046,78	R\$ 38.893,73
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	5400	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 5.952,37	
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		4	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2		M²	5400	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 17.241,34	
CENTRO ADMINISTRATIVO ENGLOBANDO TODA ÁREA,	Rua Getúlio Vargas, 295, Centro Itabirito MG	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE	9000	A1	7	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 15.221,24	R\$ 43.759,30



SETORES E GALPÕES					PAPEL VEGETAL						
		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	9000	R\$ 0,76	R\$ 0,96	R\$ 8.666,28	
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		8	SETOP	CO-27404	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2	M²	9000	R\$ 1,51	R\$ 1,91	R\$ 17.218,53	
ARQUIVO MORTO	Rua Zumbi dos Palmares, 152 Nossa Senhora de Fátima	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para	M²	935	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.030,64	R\$ 17.238,79





RODOVIÁRIA, ACESSOS E ESTACIONAMENTOS	3655 - Rod. dos Inconfidentes, 3567 - Santa Efigênia, Itabirito - MG	11	SUDECAP	61.11.05	levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 28.969,43
		12	SETOP	CO-27399	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	M²	935	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.857,04	
		13	SUDECAP	62.01.23	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	
		14	SETOP	CO-27389	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	M²	3133,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 3.454,03	
		15	SUDECAP	61.11.05	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
					ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do						



CEMITÉRIO PARQUE ESPERANÇA	Av. Queiroz Junior, 3550 – Itabirito MG	16	SETOP	CO- 27401	AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	M²	3133,5	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 11.989, 84	
		17	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	
		18	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representaçã o arquitetônica dela)	M²	1348	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.485,8 9	
		19	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
											R\$ 18.985,4 9



		20	SETOP	CO-27400	máximo 5 etapas de correção) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1348	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 6.148,50	
CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA	59, R. Mal. Floriano, 1 - Matozinhos, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	615	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 677,91	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 15.223,75
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE	M²	615	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.194,74	





					EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2							
CURTUME SANTA LUZIA	Curtume Santa Luzia - Itabirito/MG	25	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	5296	A1	6	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 13.046,78	R\$ 38.447,04
		26	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	5296	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 5.837,73	
		27	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		28	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2		M²	5296	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 16.909,28	
TOTAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											R\$ 201.517,53	





Secretaria de Obras

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
Procon	R. João Pessoa, 10 - Centro, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	675	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 15.601,57
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	675	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 744,05	
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	675	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.506,42	
TOTAL SECRETARIA DE OBRAS											R\$ 15.601,57	

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	VALOR TOTAL
--------	----------	------	------------	--------	-----------	-----------	---------	------------	----------------	----------------	-------------	-------------





									O SEM BDI	O COM BDI	COM BDI	POR PRÉDIO
Prédio da SEMDE	Rua Dr. Guilherme,169,Cen tro, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1920	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872, 32	R\$ 24.399,4 7
		2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representaçã o arquitetônica dela)		M²	1920	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 2.116,4 0	
		3	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIAR IO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		4	SETOP	CO- 27400	PLANILHA ORÇAMENTÁ RIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1920	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 8.757,5 0	
MERCAD O MUNICIP AL DE ITABIRITO – Nem do Roldão	Rua Dr. Eurico Rodrigues, 486, Praia, Itabirito/MG	5	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1868	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872, 32	R\$ 23.844,6 2





		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	1868	R\$ 0,76	R\$ 0,96	R\$ 1.798,73	
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		8	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	M²	1868	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 8.520,32	
TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO										R\$ 48.244,09	

Secretaria de Desenvolvimento Social

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
CONSELHO TUTELAR	Rua Getúlio Vargas, n.º 220,	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO	100	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 11.980,80





Centro, Itabirito - MG				EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL							
	2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	100	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 110,23	
	3	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
	4	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRI A PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	100	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 519,47	
CRAS - Zely Caldeira	5	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	
	6	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	385	M²	385	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 424,38	R\$ 13.775,4 4



CRAS - Padre Adelmo	R. Ana Mª Teixeira, 453 - Cardoso, Itabirito - MG	7	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	R\$ 14.405,1 4
		8	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRI A PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	385	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.999,9 6	
		9	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	
		10	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	485	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 534,61	
		11	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	



		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	485	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.519,43	
CRAS - Maria Loura	R. Francisco Marques Júnior, 115 - Nossa Sra. de Fátima, Itabirito - MG	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	261	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.994,62
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	261	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 287,70	
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		16	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	261	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.355,82	
CREAS	Praca Cel. Baeta, 42 - Santa Tereza, Itabirito - MG	17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	250	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.925,35



		18	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	250	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 275,57	
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		20	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	250	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.298,68	
TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL										R\$ 66.081,36	



Secretaria de Mobilidade Urbana

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
SEDE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	Avenida dos Inconfidentes, 185, Bairro Agostinho Rodrigues	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	814	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 16.476,85
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT")		M²	814	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 897,26	



					DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)						
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	814	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.228,49
SEDE DA DEFESA CIVIL	Rua Claudionor André Teixeira, 41, Bairro Novo Santa Efigênia	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85
		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	230	M²	230	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 253,53
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25



					aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)							
		8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	230	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.194,78	
DEPARTAMENT O DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO	Rua Raul Soares, 100, Centro	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	465	M²	465	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 512,56	
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 14.279,20



		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	465	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.415,54	
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO	Praça São Sebastião, nº15, Centro	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	82,2	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 11.868,72
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	82,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 90,61	
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		16	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	82,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 427,00	





TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, PREVENÇÃO E MOBILIDADE URBANA

R\$ 55.424,19

Secretaria de Meio Ambiente

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
PARQUE ECOLÓGICO	Av. Queiroz Júnior, 1500 - Santo Antônio, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	300	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.240,20
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	300	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 330,69	
		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		4	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	300	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.558,41	
CASA VERDE	Alameda Wolmer Abreu	5	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A	293	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.196,12



Matos, 160 - Monte Sinai, Itabirito - MG		6	SETOP	CO- 27389	INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	290	M²	293	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 322,97	
		7	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		8	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRI A PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	293	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.522,0 5	
ATERRO SANITÁRIO	BR-356, 26000 - Itabirito, MG	9	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	290	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 13.177,2 3
		10	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação		M²	290	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 319,66	



					arquitetônica dela)							
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25		
		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	290	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.506,46		
TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL											R\$ 39.613,55	

Secretaria de Agronegócio

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
PARQUE AGROPECUÁRIO TARCÍSIO BRETAS LIMA	R. Heitor Marinho Braga - Itabirito, MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	3140,6	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	R\$ 29.004,42
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	3140,6	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 3.461,85	





		3	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		4	SETOP	CO-27401	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	M²	3140,6	R\$ 3,02	R\$ 3,83	R\$ 12.017,00
TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL										R\$ 29.004,42

Secretaria de Agronegócio

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	VALOR TOTAL POR PRÉDIO
BIBLIOTECA PÚBLICA	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito – MG	1	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	240,2	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.863,64
		2	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	240,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 264,77	



CRIT - COMPLEXO TURISTICO DA ESTAÇÃO	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito – MG	3	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	R\$ 12.879,3 8
		4	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁR IA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	240,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.247,7 7	
		5	SUDECAP	62.01.2 3	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	
		6	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	242,7	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 267,53	
		7	SUDECAP	61.11.0 5	ENGENHEIRO INTERMEDIARI O (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
							242, 7				



					no máximo 5 etapas de correção)							
		8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	242,7	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.260,75	
SALÃO DOS FERROVIÁRIOS	Praça Dr. Guilherme, s.n - Centro, Itabirito – MG	9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	300	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.240,20
		10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	300	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 330,69	
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES		M²	300	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.558,41	





					ÁREA ATÉ 1.000 M2								
CAMARINS JULIFEST, RESTAURANT E E BANHEIROS	Praça dos Inconfidentes - Lourdes, Itabirito - MG	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	968	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 17.446,59	
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	968	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.067,02		
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25		
		16	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	968	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 5.028,47		
TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO											R\$ 56.429,81		

Secretaria de Saúde

PRÉDIO	ENDEREÇO	ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	VALOR TOTAL
--------	----------	------	------------	--------	-----------	-----------	---------	------------	----------------	----------------	-------------	-------------





									O SEM BDI	O COM BDI	COM BDI	POR PRÉDIO
CEM - CENTRO DE ESPECIALIDADE S MÉDICAS	Rua João Pinheiro, 116, Santa Efigênia, Itabirito - MG	1	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	1734	A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872, 32	R\$ 23.346,0 6
		2	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	1734	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.911,3 7	
		3	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		4	SETOP	CO- 27400	PLANILHA ORÇAMENTÁ RIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1734	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 7.909,1 2	
UBS SÃO JOSÉ	Rua Dr. Francisco José Carvalho, 334, São José, Itabirito - MG	5	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	726	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 15.821,5 4



		6	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	726	R\$ 0,76	R\$ 0,96	R\$ 699,08	
		7	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		8	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	726	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.771,35	
		9	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
UBS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Rua Francisco Marques Júnior, 209, Nossa Senhora de Fátima, Itabirito - MG	10	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação	M²	492,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 542,88	R\$ 14.452,37



					o arquitetônica dela)							
		11	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		12	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	492,5	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.558,39	
UBS VILA GONÇALO	Rua Rodrigues Silva, 399, Vila Gonçalo, Itabirito - MG	13	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	785,9	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 16.299,91
		14	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	785,9	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 866,29	
		15	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



UBS CENTRAL	Rua Alberto Woods Soares, 179, Centro, Itabirito - MG	16	SETOP	CO-27399	4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	568,2	M²	785,9	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.082,51	R\$ 14.929,05
		17	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85		
		18	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	568,2	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 626,32		
		19	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25		



		20	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	568,2	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.951,63	
UBS SANTA RITA	Rua Vinte e Dois de Maio, 264, Santa Rita, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	857,1	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 944,77	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	857,1	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.452,38	
											R\$ 16.748,25





CAPS AD	Rua Araújo de Lima, 131, Monte Sinai, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	147,3	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.278,65
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	147,3	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 162,37	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	147,3	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 765,18	
CAPS INFANTIL	Av. Manoel Salvador de Oliveira, 75, Bela Vista, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	208,6	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.664,66
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS		M²	208,6	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 229,94	



					COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)							
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	208,6	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.083,61	
CEAE - CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	Rua Antônio Carlos, 292, Boa Viagem, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	591	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 15.072,62
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	591	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 651,45	





		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	591	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.070,07	
CASA ANEXO CEAE	Rua Antônio Carlos, 345, Boa Viagem, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	151	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 12.301,95
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	151	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 166,45	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



					para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)						
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	151	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 784,40
CENTRO DE REABILITAÇÃO	Rua João Pinheiro, 984, Santa Efigênia, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	259	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	259	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 285,49
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU		M²	259	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.345,43
											R\$ 12.982,02



					AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2							
		21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL		A1	5	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 10.872,32	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	1607	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 1.771,38	
UPA 24 HORAS	Rodovia dos Inconfidentes, km 55 BR 356 s/n, Santa Efigênia, Itabirito - MG	23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	1607	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 22.626,80
		24	SETOP	CO-27400	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2		M²	1607	R\$ 3,60	R\$ 4,56	R\$ 7.329,85	
CCA - CENTRO DE CONTOLE DE ANIMAIS	Rua Principal, s/n, Córrego do Bação, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO	893	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 16.974,32



					EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL							
		22	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representaçã o arquitetônica dela)		M²	893	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 984,34	
		23	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		24	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁ RIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	893	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 4.638,8 7	
UBS RIBEIRÃO DO EIXO	Povoado do Ribeirão do Eixo 001, km 588 da BR 040 - A0 lado da Escola - Zona Rural, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	100	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 11.980,8 0
		22	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento		M²	100	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 110,23	





UBS SÃO GONÇALO DO BAÇÃO	Rua das Pimentas, 225, São Gonçalo do Bação, Zona Rural, Itabirito - MG	23	SUDECAP	61.11.05	da área construída e representação arquitetônica dela) ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 12.714,40
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	100	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 519,47	
		21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	216,5	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 238,65	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



					aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)							
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	216,5	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.124,65	
POSTO CÓRREGO DO BAÇÃO	Rua Principal, 492, Distrito do Córrego do Bação, Zona Rural, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	76	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 11.829,67
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	76	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 83,77	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	





					etapas de correção)						
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	76	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 394,80
UBS ACURUI (NOVO)	Estrada Municipal Joaquim Augusto Tavares França, 150, Zona Rural - Distrito Acuruí, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	550	A1		R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ -
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	550	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 606,26
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES		M²	550	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.857,09
											R\$ 6.116,59





					EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2							
UBS BONSUCESSO	Estrada Principal, s/n, em frente a Igreja Nossa Senhora do Bonsucesso, Zona Rural, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇAO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	115	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 12.075,2 6
		22	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representaçã o arquitetônica dela)		M²	115	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 126,76	
		23	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		24	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁ RIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	115	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 597,39	
POSTO ÁGUA LIMPA	Av. Santos Dumont, 250, Água Limpa - Zona Rural, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇAO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	433	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 14.077,7 0



POSTO ÁGUA LIMPA (NOVO)	Rua Isolina Maria do Reis Silva, 45, Água Limpa - Zona Rural, Itabirito - MG	22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	433	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 477,29	607
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	433	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.249,31	
		21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação	M²	607	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 669,09	
										R\$ 15.173,38	



				o arquitetônica dela)						
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	607	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 3.153,18
POSTO SABOEIRO	Estrada Principal, s/n, Antiga Escola - Zona Rural, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85
		22	SETOP	CO-27399	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	169	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 186,29
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25





					4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)							
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	169	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 877,90	
UBS PORTÕES	Rua Carmelita da Silva Lara, 13, Portões/Alame da Chaparral, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	420	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.995,84
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	420	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 462,96	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	420	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.181,77	
ALMOXERIFADO DE MEDICAMENTOS I	Rua Francisco Del Rey, 55, Santa Efigênia, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)	M²	236	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 260,14	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	R\$ 12.837,19
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	236	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.225,95	



VISA - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Alameda Wolmer Matos, 99, Centro, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	554	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 14.839,6 4
		22	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representaçã o arquitetônica dela)		M²	554	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 610,67	
		23	SUDECAP	61.11. 05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,2 5	
		24	SETOP	CO- 27399	PLANILHA ORÇAMENTÁ RIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	554	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 2.877,8 6	
CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADE S ODONTOLÓGIC AS	Rua Getúlio Vargas, 136, Centro, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01. 23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	241	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,8 5	R\$ 12.868,6 8
		22	SETOP	CO- 27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS		M²	241	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 265,65	





PÓLO INDUSTRIAL SANTA LUZIA (CONHECIDO COMO ANTIGO CORTUME SANTA LUZIA)	Rodovia MG 030, km 72 - Rua Engenheiro Simão Lacerda, Gutierrez, Itabirito - MG				COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)						
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)	H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2	M²	241	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.251,92	
		21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	6	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 13.046,78	
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)	M²	5296	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 5.837,73	R\$ 38.447,04



		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	
		24	SETOP	CO-27402	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2		M²	5296	R\$ 2,52	R\$ 3,19	R\$ 16.909,28	
CASA DA JUNTA REGULADORA	Rua José Sans, 224, Boa Viagem, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	300	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85	R\$ 13.240,20
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação o arquitetônica dela)		M²	300	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 330,69	
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIA RIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25	



					inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)						
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2		M²	300	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 1.558,41
FARMÁCIA DE MINAS	Av. dos Inconfidentes, 515, Agostinho Rodrigues, Itabirito - MG	21	SUDECAP	62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	187	A1	4	R\$ 1.716,23	R\$ 2.174,46	R\$ 8.697,85
		22	SETOP	CO-27389	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)		M²	187	R\$ 0,87	R\$ 1,10	R\$ 206,13
		23	SUDECAP	61.11.05	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)		H	14	R\$ 149,58	R\$ 189,52	R\$ 2.653,25
		24	SETOP	CO-27399	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA		M²	187	R\$ 4,10	R\$ 5,19	R\$ 971,41
											R\$ 12.528,64



				REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2						
TOTAL SECRETARIA DE SAÚDE										R\$ 421.638,53

O valor global estimado da contratação é de:

R\$ 1.135.981,98 (Um milhão cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos).

Registra-se que o valor estimado possui finalidade exclusivamente de planejamento, não se constituindo em limite obrigatório para a disputa, nem representando orçamento executivo, destinando-se a subsidiar a avaliação da viabilidade econômica da contratação e a definição do procedimento licitatório.

7.4 Considerações finais sobre a estimativa

A metodologia adotada:

- Está alinhada às práticas usuais de mercado para serviços técnicos especializados;
- Assegura proporcionalidade entre pagamento e efetiva entrega técnica;
- Permite ampla competitividade e disputa efetiva;
- Facilita a fiscalização, a medição e o controle contratual;
- Afasta riscos de fracionamento indevido, direcionamento ou subavaliação de custos;
- Estabelece critérios objetivos de estimativa e medição das horas técnicas, vinculados a eventos administrativos externos e documentais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida no presente Estudo Técnico Preliminar consiste na contratação, por meio de procedimento licitatório sob o Sistema de Registro de Preços - SRP, com formalização de Ata de Registro de Preços, de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura destinados à:

- Elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio;
- Acompanhamento dos processos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar;
- Obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- Elaboração de orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais.

A solução foi estruturada de forma integrada, modular e proporcional, considerando a diversidade das edificações públicas, suas diferentes tipologias, áreas, níveis de risco e graus de complexidade técnica, bem como a necessidade de assegurar previsibilidade de custos, controle contratual, ampla competitividade, rastreabilidade e eficiência administrativa.

8.1 Estrutura da solução adotada

A solução compreende, de forma indissociável, os seguintes componentes:

- Elaboração dos projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, desenvolvidos conforme as normas técnicas aplicáveis e as exigências do Corpo de Bombeiros Militar, com remuneração baseada na quantidade efetiva de pranchas técnicas em formato A1, assegurando proporcionalidade entre esforço técnico e pagamento;



b) Atividades técnicas de protocolo, acompanhamento, atendimento a exigências, reapresentações e obtenção do AVCB, com remuneração por hora técnica de profissional legalmente habilitado, estimada e medida com base em critérios objetivos e eventos administrativos comprováveis, conforme metodologia definida no Item 7 deste ETP;

c) Elaboração de orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações, a serem futuramente licitadas pela Administração, com remuneração vinculada à área construída (m²), permitindo tratamento isonômico das edificações e aderência às práticas usuais de mercado.

Essa estrutura evita a adoção de preços globais artificiais, assegura transparência na formação dos custos e viabiliza medições objetivas, verificáveis e auditáveis.

8.2 Forma de execução e gestão da solução

A execução dos serviços dar-se-á mediante contratações específicas decorrentes da Ata de Registro de Preços, formalizadas por ordens de serviço, observados os limites e condições registrados, não havendo obrigação de contratação mínima.

A contratada será responsável por:

- a) Realizar os levantamentos técnicos in loco necessários;
- b) Desenvolver os projetos de incêndio compatibilizados com as características das edificações;
- c) Promover os protocolos e acompanhar os processos de análise junto ao Corpo de Bombeiros;
- d) Atender às exigências técnicas formalmente emitidas;
- e) Elaborar os orçamentos técnicos das intervenções decorrentes dos projetos aprovados.

À Administração caberá a gestão e fiscalização da execução, com base em critérios objetivos de medição, documentação comprobatória e controle das entregas, assegurando a estrita observância das condições pactuadas.

8.3 Adequação da solução aos princípios da Administração Pública

A solução revela-se a mais adequada sob os pontos de vista técnico, econômico, administrativo e de controle, pois:

- a) Assegura eficiência, ao permitir resposta escalonada às demandas e reduzir o tempo necessário para regularização das edificações;
- b) Promove economicidade, ao vincular o pagamento ao esforço técnico efetivamente demandado;
- c) Garante isonomia e competitividade, ao adotar unidades de medição objetivas e usuais no mercado;
- d) Fortalece a segurança jurídica, ao estruturar a contratação com metodologia clara, rastreável e compatível com os entendimentos dos órgãos de controle;
- e) Viabiliza planejamento e controle, ao permitir previsibilidade custos e fiscalização objetiva.

8.4 Riscos mitigados pela solução adotada

A estrutura da solução mitiga riscos frequentemente apontados por auditorias do TCU e do TCE/MG, notadamente:

- a) Risco de fracionamento indevido da despesa;
- b) Risco de direcionamento ou restrição à competitividade;
- c) Risco de medições subjetivas ou genéricas;
- d) Risco de desalinhamento entre planejamento e execução.

8.5 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação encontra amparo no art. 85 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação cuja demanda é contínua, recorrente e de quantitativo imprevisível, não sendo possível à Administração definir previamente o número exato de edificações a serem atendidas nem o momento de cada execução.

As atividades abrangidas pelo objeto são regidas por procedimentos técnicos padronizados, estabelecidos pelas Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, o que assegura uniformidade metodológica, previsibilidade de execução e possibilidade de precificação prévia por unidades técnicas objetivas.



As variações entre as edificações não configuram complexidade técnica singular, mas representam apenas diferenças quantitativas de esforço, plenamente absorvidas pelo modelo de medição adotado, o que mantém a compatibilidade do objeto com o regime do SRP.

O uso do Sistema de Registro de Preços permite que a Administração registre previamente os valores unitários, possibilitando contratações futuras de forma escalonada, conforme a efetiva necessidade e a disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de consumo integral, garantindo flexibilidade, racionalidade na execução, controle financeiro e eficiência administrativa.

Ressalta-se, por fim, que a Ata de Registro de Preços não se confunde com contrato, não gera direito subjetivo à contratação nem obrigação automática de execução, estando os ajustes condicionados à conveniência administrativa, à dotação orçamentária e à emissão de ordens de serviço, em estrita conformidade com a legislação vigente e com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em atendimento ao art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto, considerando-se a viabilidade técnica, a economicidade, a competitividade, a eficiência administrativa e os riscos associados à execução e à gestão contratual.

Ressalta-se que o parcelamento não constitui imposição legal automática, devendo ser adotado apenas quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o que deve ser avaliado à luz das características concretas do objeto, conforme autoriza a legislação vigente.

9.1 Natureza e interdependência técnica do objeto

O objeto compreende, de forma integrada e funcionalmente indissociável:

- A elaboração de projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio;
- O acompanhamento técnico, atendimento a exigências e obtenção do AVCB;
- A elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias, com base nos projetos aprovados.

Tais atividades constituem etapas sucessivas de um mesmo serviço técnico especializado, cujo resultado final somente se concretiza com a aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros e a consolidação dos elementos técnicos que subsidiarão futuras licitações.

A fragmentação dessas etapas comprometeria a coerência técnica do conjunto, dificultaria a compatibilização das soluções adotadas e inviabilizaria a manutenção de responsabilidade técnica integral e contínua, especialmente perante o Corpo de Bombeiros e os conselhos profissionais.

9.2 Riscos técnicos, administrativos e jurídicos do parcelamento

A eventual divisão do objeto, por etapa, edificação, Secretaria ou tipo de serviço, acarretaria riscos relevantes, tais como:

- Incompatibilidades técnicas entre projetos, aprovações e orçamentos;
- Fragmentação da responsabilidade técnica, dificultando a apuração de responsabilidades por erros, omissões ou inconsistências que venham a impactar as intervenções futuras;
- Aumento de retrabalho, atrasos na obtenção dos AVCBs e insegurança jurídica nos processos subsequentes;
- Elevação da complexidade administrativa, com multiplicação de contratos, fiscais, medições, controles e atos administrativos;
- Aumento dos custos indiretos de gestão e fiscalização, em prejuízo da eficiência administrativa.

O parcelamento, portanto, não gera ganhos de eficiência, mas ampliaria riscos e custos.

9.3 Fracionamento indevido da despesa

A adoção de contratações distintas para cada edificação ou unidade administrativa poderia caracterizar fracionamento indevido da despesa, pois as demandas decorrem de uma necessidade comum, homogênea e previsível: a regularização das edificações públicas municipais perante o Corpo de Bombeiros.

O objeto possui identidade técnica, funcional e operacional suficiente para ser tratado de forma conjunta, não se tratando de demandas autônomas, mas de um mesmo objeto reiterado no âmbito municipal.



9.4 Competitividade e acesso ao mercado

A contratação em lote único não restringe a competitividade, uma vez que:

- o modelo de remuneração adota unidades de medição objetivas e usuais no mercado (pranchas A1, horas técnicas e metro quadrado);
- não impõe exigências técnicas, operacionais ou econômico-financeiras desproporcionais;
- o mercado dispõe de empresas aptas a executar integralmente o objeto.

Dessa forma, o modelo preserva a isonomia, estimula a ampla participação de interessados e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa.

9.5 Conclusão quanto ao parcelamento

Diante do conjunto de análises desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que o parcelamento do objeto não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso, tampouco se mostra adequado sob os aspectos administrativo e jurídico.

A contratação pretendida possui unidade técnica, funcional e operacional, sendo composta por etapas interdependentes e sucessivas, cujo resultado somente se consolida com a aprovação dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar e com a elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções, que subsidiarão futuras contratações.

A fragmentação do objeto:

- comprometeria a coerência técnica das soluções adotadas;
- inviabilizaria a manutenção de responsabilidade técnica integral e contínua;
- ampliaria significativamente os riscos de incompatibilidades, retrabalho e atrasos;
- elevaria os custos indiretos de gestão e fiscalização;
- e acentuaria o risco de fracionamento indevido da despesa, em afronta aos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência.

Registra-se, ainda, que o modelo adotado não restringe a competitividade, uma vez que se baseia em unidades de medição objetivas, amplamente praticadas no mercado, e não impõe exigências desproporcionais ou restritivas à participação de potenciais interessados.

Assim, a contratação em lote único, com execução sob demanda, remuneração por unidades técnicas mensuráveis e gestão centralizada, mostra-se a solução mais adequada ao atendimento do interesse público, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, com os princípios que regem a Administração Pública e com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação tem por finalidade produzir resultados concretos e mensuráveis, diretamente relacionados ao problema identificado neste Estudo Técnico Preliminar, sendo condição necessária para a regularização das edificações públicas municipais perante o Corpo de Bombeiros e para o adequado planejamento das futuras intervenções.

Os resultados esperados decorrem da execução direta do objeto e mantêm vínculo lógico, técnico e administrativo com as necessidades previamente diagnosticadas, podendo ser assim demonstrados:

10.1 Resultado administrativo e operacional

A solução permitirá à Administração dispor de serviços técnicos de forma contínua, organizada e previsível, reduzindo a dependência de contratações emergenciais ou improvisadas.

Como resultado, espera-se maior padronização dos procedimentos, redução de retrabalho, maior controle das demandas e melhor gestão dos prazos, assegurando condições operacionais compatíveis com as atribuições institucionais.

10.2 Resultado técnico e qualitativo

A execução dos serviços conforme normas técnicas e exigências do Corpo de Bombeiros assegurará maior qualidade técnica dos projetos, das aprovações e dos orçamentos produzidos.



Esse resultado contribui para a redução de erros, exigências repetidas e retrabalhos, aumentando a confiabilidade técnica e a segurança jurídica da Administração.

10.3 Resultado econômico e eficiência do gasto público

A contratação permitirá melhor relação custo-benefício, ao vincular o pagamento ao esforço técnico efetivamente demandado e evitar despesas decorrentes de falhas, atrasos ou correções posteriores.

Espera-se maior previsibilidade orçamentária e redução de custos indiretos associados a contratações emergenciais e retrabalhos.

10.4 Resultado em governança, controle e fiscalização

A formalização da contratação viabilizará mecanismos claros de acompanhamento e fiscalização, com critérios objetivos de medição e documentação comprobatória.

Esse resultado fortalece a governança, a transparência e a rastreabilidade das decisões administrativas, facilitando a atuação da fiscalização interna e dos órgãos de controle.

10.5 Benefício público

A regularização das edificações públicas perante o Corpo de Bombeiros promove maior segurança aos usuários, servidores e à coletividade, além de contribuir para a melhoria das condições de funcionamento dos serviços públicos.

Assim, os resultados pretendidos refletem diretamente o atendimento ao interesse público, com impactos positivos na gestão, na segurança e na eficiência administrativa.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As providências prévias à formalização da contratação têm por objetivo assegurar que a execução se inicie de forma regular, organizada e segura, mitigando riscos jurídicos, técnicos e administrativos desde a fase inicial.

11.1 Conclusão da fase externa da licitação

A assinatura do contrato somente ocorrerá após a conclusão regular da fase externa do procedimento licitatório, com a devida adjudicação e homologação do certame pela autoridade competente, conforme os registros constantes nos autos do processo, assegurando-se a regularidade da escolha do contratado e a observância do resultado da disputa.

11.2 Verificação da habilitação da empresa vencedora

Previamente à assinatura do contrato, será promovida a conferência e validação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa vencedora, mediante a reapresentação ou atualização, quando cabível, dos seguintes documentos:

- a) certidões fiscais e tributárias;
- b) certidões trabalhistas;
- c) certidão de registro e quitação da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, conforme o caso;
- d) comprovação do registro profissional e da regularidade do responsável técnico indicado na proposta;
- e) apólice de seguro de responsabilidade técnica, quando exigida no instrumento convocatório.

Essa etapa assegura que a contratação se efetive com empresa plenamente habilitada.

11.3 Confirmação do responsável técnico

Será confirmada, como condição para a assinatura contratual, a manutenção do responsável técnico previamente indicado na proposta, devidamente registrado e regular perante o respectivo conselho profissional, vedada a substituição imotivada nesse momento, de forma a preservar a isonomia entre os licitantes e a fidelidade à proposta vencedora.



11.4 Designação de gestores e de fiscais

A Administração deverá verificar que a designação do gestor e dos fiscais do contrato foi formalizada ainda no âmbito do processo licitatório, observando-se a segregação de funções, nos seguintes termos:

- a) a fiscalização técnica será exercida por dois servidores da Secretaria Municipal de Obras;
- b) a gestão contratual será exercida por dois servidores de cada Secretaria demandante, responsáveis pelas edificações sob sua atribuição.

Essa providência é essencial para assegurar a adequada governança do contrato, a rastreabilidade das decisões administrativas e o acompanhamento efetivo da execução.

11.5 Preparação dos instrumentos iniciais

Como providência prévia à assinatura do contrato, deverá estar definida a sistemática de início da execução, contemplando:

- a) emissão de ordem de serviço inicial, como marco formal de início das atividades;
- b) exigência de plano de trabalho a ser apresentado pela contratada, contendo metodologia, etapas, prazos e organização das atividades, o qual deverá ser previamente analisado e aprovado pela Administração;
- c) apresentação de cronograma físico de execução, estruturado por etapas e por edificações, compatível com a capacidade operacional da contratada e com as prioridades administrativas.

Esses instrumentos visam assegurar previsibilidade, controle e alinhamento técnico desde o início da execução contratual.

11.6 Reunião inicial de alinhamento

Deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento técnico, como providência preparatória ao início da execução contratual, na qual deverão ser tratados, no mínimo:

- a) apresentação detalhada da metodologia de trabalho da contratada;
- b) definição e validação da ordem de prioridade das edificações a serem atendidas;
- c) alinhamento dos fluxos de comunicação entre contratada, fiscais e gestores;
- d) esclarecimento de responsabilidades quanto ao acesso às edificações e ao fornecimento de informações.

Essa etapa possui caráter preventivo e visa reduzir riscos de retrabalho, atrasos e conflitos durante a execução.

11.7 Disponibilização de informações e viabilização de acessos

Antes do início da execução, deverá ficar previamente pactuado que:

- a) não haverá fornecimento de plantas existentes das edificações;
- b) os gestores das Secretarias demandantes serão responsáveis por disponibilizar os cadastros imobiliários de cada edificação;
- c) os gestores deverão informar os usos e ocupações de cada espaço;
- d) os gestores deverão viabilizar o acesso interno da contratada às edificações, em dias e horários compatíveis, para a realização de medições e levantamentos necessários à elaboração dos projetos.

A clara definição dessas responsabilidades é essencial para evitar atrasos imputáveis à Administração ou à contratada.

11.8 Atuação junto ao Corpo de Bombeiros

Ficará previamente estabelecido que o protocolo, o acompanhamento, o atendimento a exigências e reapresentações junto ao Corpo de Bombeiros Militar serão realizados exclusivamente pela contratada, por intermédio de seu responsável técnico legalmente habilitado, observadas as normas e os procedimentos do órgão.

11.9 Identificação e mitigação de riscos iniciais

Como providência de controle interno, a Administração reconhece, desde a fase pré-contratual, a existência riscos potenciais relacionados a:

- a) eventuais atrasos na entrega de documentos ou informações por parte das Secretarias demandantes;



b) dificuldades de acesso a determinadas edificações em razão de horários de funcionamento e fluxo intenso de usuários, especialmente em escolas e unidades de saúde.

Tais riscos deverão ser monitorados pelos gestores e fiscais, com adoção de medidas preventivas e ajustes operacionais sempre que necessários, de modo a preservar o cronograma e a qualidade da execução.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS /INTERDEPENDENTES

No momento da elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, não existem contratações vigentes correlatas ou interdependentes capazes de atender, total ou parcialmente, ao objeto desta contratação, qual seja, a elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio, a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB e a elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias nas edificações públicas municipais.

Registra-se, contudo, que o objeto pretendido possui relação de interdependência lógica e sequencial com futuras contratações, especialmente aquelas destinadas à execução das intervenções físicas necessárias à adequação das edificações às normas de segurança contra incêndio, as quais somente poderão ser definidas após:

- a) a elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio;
- b) a aprovação desses projetos junto ao Corpo de Bombeiros Militar;
- c) a consolidação dos orçamentos técnicos das intervenções, elaborados com base nos projetos aprovados.

Nesse contexto, a contratação objeto deste ETP constitui etapa técnica antecedente e indispensável para a adequada instrução de futuras licitações voltadas à execução das obras, reformas ou adaptações necessárias à obtenção do AVCB, não se confundindo com tais contratações nem antecipando sua execução.

Ressalta-se que as futuras contratações para execução das intervenções:

- a) serão objeto de processos licitatórios próprios, oportunamente instaurados;
- b) terão objetos distintos, escopos definidos com base nos projetos aprovados e nos orçamentos elaborados;
- c) observarão a legislação vigente à época, inclusive quanto à modalidade, critério de julgamento e regime de execução;
- d) não decorrem de obrigação automática, estando condicionadas à conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária da Administração.

A separação entre a contratação de projetos e a contratação para execução das intervenções atende aos princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e da segregação de objetos, além de mitigar riscos técnicos, orçamentários e jurídicos, assegurando que a Administração somente licite a execução após dispor de projetos aprovados, soluções técnicas consolidadas e estimativas de custos confiáveis.

Dessa forma, a interdependência aqui registrada não configura fracionamento indevido de despesa, mas sim encadeamento técnico necessário, amplamente reconhecido pelos órgãos de controle como boa prática administrativa, especialmente em contratações envolvendo serviços técnicos especializados e obras públicas.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

O objeto da presente contratação consiste exclusivamente na elaboração de projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, na realização de levantamentos técnicos in loco, na tramitação administrativa junto ao Corpo de Bombeiros Militar para obtenção do AVCB e na elaboração de orçamentos técnicos das intervenções necessárias, não contemplando a execução de obras, reformas ou adaptações físicas nas edificações públicas.

13.1 Avaliação dos impactos ambientais diretos

Em razão da natureza eminentemente técnica, intelectual e administrativa do objeto, os impactos ambientais diretos decorrentes da contratação são considerados reduzidos ou desprezíveis, não havendo:

- a) geração de resíduos sólidos de construção civil;
- b) geração de resíduos perigosos;



- c) consumo significativo de água ou energia elétrica;
- d) supressão vegetal, movimentação de solo ou alteração do meio físico;
- e) fornecimento de bens ou materiais sujeitos à logística reversa.

A eventual geração de resíduos limita-se a resíduos administrativos mínimos, como papel e material de escritório, os quais deverão ser gerenciados pela contratada conforme práticas usuais de descarte ambientalmente adequado.

13.2 Uso racional de recursos e diretrizes ambientais

Como diretriz ambiental preventiva e compatível com o objeto, a Administração adotará e exigirá da contratada:

- a) priorização de meios digitais, incluindo a elaboração, tramitação e entrega de documentos em formato eletrônico;
- b) redução de impressões físicas, restritas apenas às situações estritamente necessárias;
- c) organização das atividades de levantamento e desenvolvimento dos projetos de forma a evitar retrabalhos e visitas desnecessárias às edificações.

Essas medidas contribuem para a mitigação de impactos ambientais indiretos, mesmo em contratações de baixo impacto.

13.3 Deslocamentos e impactos indiretos

A execução do objeto demandará deslocamentos da contratada até as edificações públicas, realizados por meio de veículos leves, exclusivamente para fins de vistoria, medições e levantamentos técnicos.

Como medida mitigadora, a Administração estabelecerá, no planejamento da execução:

- a) priorização e agrupamento das edificações, sempre que possível;
- b) definição de cronograma racional de vistorias, buscando otimizar rotas e reduzir deslocamentos repetitivos.

Essas medidas visam minimizar impactos indiretos associados à mobilidade, como consumo de combustível e emissões veiculares.

13.4 Impactos ambientais das futuras intervenções

Os impactos ambientais relevantes relacionados à adequação das edificações às normas de segurança contra incêndio decorrem exclusivamente das futuras intervenções físicas, as quais não integram o objeto desta contratação.

A análise detalhada desses impactos e a definição de medidas mitigadoras específicas, serão realizadas oportunamente, no âmbito dos Estudos Técnicos Preliminares e processos licitatórios próprios destinados à contratação da execução das intervenções, observada a legislação ambiental aplicável.

13.5 Conclusão quanto aos impactos ambientais

Conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental, plenamente compatível com o objeto proposto, sendo suficientes as diretrizes de racionalização de recursos e mitigação de impactos indiretos previstas neste Estudo Técnico Preliminar, sem a necessidade de exigências ambientais típicas de obras ou intervenções físicas.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A análise integrada dos aspectos técnicos, econômicos, administrativos, operacionais e jurídicos demonstra que a contratação pretendida é necessária, viável e prioritária sob o interesse público, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Sob o aspecto técnico, verifica-se a plena viabilidade da contratação, uma vez que o mercado dispõe de empresas legalmente habilitadas e com capacidade técnica para a elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio, realização de levantamentos técnicos, tramitação e acompanhamento de processos junto ao Corpo de Bombeiros Militar e elaboração de orçamentos técnicos. O objeto encontra respaldo em normativos técnicos consolidados, notadamente nas Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de



Minas Gerais e normas técnicas aplicáveis, não havendo lacunas regulatórias que comprometam sua execução. A diversidade de tipologias das edificações públicas municipais não inviabiliza a contratação, tendo sido adotado modelo de medição proporcional ao esforço técnico demandado.

Do ponto de vista econômico, a contratação mostra-se viável e compatível com o planejamento orçamentário da Administração. O valor estimado foi construído com base em metodologia técnica adequada, utilizando referências públicas de preços, refletindo valores praticados pelo mercado. Há previsão orçamentária suficiente para suportar a contratação, sem comprometimento do equilíbrio fiscal, tampouco geração de obrigações financeiras automáticas ou antecipadas relacionadas à execução de futuras intervenções físicas, as quais dependerão de processos licitatórios próprios e decisões administrativas específicas.

No âmbito administrativo e operacional, a viabilidade é reforçada pela existência de estrutura mínima de gestão e fiscalização, com definição prévia de servidores responsáveis, bem como pela adoção de modelo de execução e medição objetivamente controlável, baseado em unidades técnicas verificáveis. O fluxo de ordens de serviço por edificação, admitida inclusive a possibilidade de agrupamento de mais de um prédio em uma mesma ordem de serviço, desde que devidamente detalhado, mostra-se compatível com a rotina administrativa da Prefeitura. Os riscos operacionais identificados, tais como restrições de acesso em determinados horários ou eventuais atrasos no fornecimento de informações por parte das unidades gestoras, são considerados mitigáveis mediante planejamento, cronograma aprovado e articulação institucional. A dependência de análises e manifestações do Corpo de Bombeiros Militar constitui etapa inerente ao objeto e integra o planejamento executivo da contratada, cabendo a esta a adoção de estratégias para mitigação de impactos no cronograma, sem prejuízo à Administração.

Sob o aspecto jurídico, a contratação revela-se regular. A separação entre a contratação dos projetos e da obtenção do AVCB, objeto deste ETP, e as futuras contratações destinadas à execução das intervenções físicas necessárias, configura encadeamento técnico legítimo e necessário, não caracterizando fracionamento indevido de despesa. Trata-se de segregação adequada de objetos, alinhada às boas práticas de planejamento e amplamente reconhecida pelos órgãos de controle. A adoção do pregão eletrônico para a contratação do objeto, classificado como serviço comum de engenharia, é juridicamente defensável, desde que observadas as condições de padronização, critérios objetivos de julgamento e ampla competitividade, já demonstradas ao longo deste estudo.

Por fim, a análise do risco de não contratação evidencia a relevância e prioridade da medida. A ausência de contratação manteria edificações públicas municipais sem AVCB ou com situação irregular perante o Corpo de Bombeiros, expondo usuários, servidores e a população em geral a riscos à segurança, além de sujeitar a Administração e seus gestores a responsabilizações administrativas, civis e perante os órgãos de controle. Nesse contexto, a contratação revela-se não apenas viável, mas imprescindível para a regularização das edificações, para a mitigação de riscos e para o atendimento efetivo ao interesse público.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação é necessária, tecnicamente exequível, economicamente compatível, administrativamente controlável, juridicamente regular e prioritária, recomendando-se seu prosseguimento nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

15. ANEXOS

Anexo I – Mapa de Riscos.

Anexo II – E-mail SEMOS às demais secretarias demandantes.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Danilo Antônio Perdigão Pimenta
Superintendente de Gestão e Projetos
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura

Itabirito, 20 de fevereiro de 2026





PREFEITURA
ITABIRITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Diretoria de Licitações e Contratos, nos termos do Capítulo 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o Contrato)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o Contrato)						
GRUPO ÚNICO						
ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1	276	A1	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL			
2	73167,5	M²	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
3	896	H	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)			
4	20242,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2			
5	10934	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2			
6	12299,1	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>





			PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2			
7	20692,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2			
8	9000	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2			
VALOR TOTAL						R\$

. Apresentar Planilha orçamentária detalhada da proposta, contendo todos os itens, unidades, quantitativos estimados e respectivos preços unitários e totais, elaborada de forma compatível com as unidades de medição previstas neste Termo de Referência e estruturada de modo compatível com os padrões exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, de modo a permitir sua utilização direta para fins de medição, execução contratual e prestação de contas;

. A planilha deverá ser apresentada em formato editável e estruturado, sendo de responsabilidade da licitante garantir a consistência das informações e a compatibilidade com os sistemas de controle e prestação de contas utilizados pela Administração, não sendo admitidas divergências entre a planilha da proposta e aquela utilizada na execução e medição dos serviços.

Validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias.

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços unitários dos itens, total dos itens, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos (duas casas decimais).

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228, neste representado pelo Secretário(a) Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura, Sr.(a) Matheus Marques Amuí, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 16.029/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando a eventual contratação de empresa para Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura, como Órgão Gerenciador, durante o exercício de 2026, no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026, REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 4085/2026, regido na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal, na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a defesa do consumidor, com suas alterações subsequentes:

(**NOME DA EMPRESA**), inscrita sob CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) sob o CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto selecionar propostas para registro de preço, com vista à eventual contratação de empresa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico, conforme abaixo demonstrado:

Grupo único

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1	276	A1	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO			





			EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL			
2	73167,5	M²	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
3	896	H	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)			
4	20242,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2			
5	10934	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2			
6	12299,1	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2			
7	20692,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2			
8	9000	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2			
VALOR TOTAL						R\$

1.2. Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da CONTRATADA, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026, e demais elementos constantes no Processo Administrativo nº 4085/2026.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano da data de sua publicação e poderá ser prorrogado, por igual período¹, desde que comprovado o preço, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Está estabelecido, no Cadastro de Reserva, constante do Compras.gov, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

¹ Conforme Processo 1128010 – Consulta do tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais





3.2. A ordem de classificação, disposta no inciso anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

3.3. A classificação a que se referem os itens 3.1 e 3.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

3.4. As contratações as quais se referem esta cláusula serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na cláusula de cancelamento dos preços.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis.

4.2. O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Cláusula Terceira desta Ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.4. A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido no inciso I desta, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, e definido no Termo de Referência ou Projeto Básico.

5.2. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

5.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

6.2. Os contratos firmados decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

7.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os licitantes para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

7.3. Será respeitada a ordem de classificação, prevista na cláusula terceira, dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.





7.4. Os licitantes que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.5. Na ocorrência dos preços registrados na Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e o licitante não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. Liberar o licitante do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. Convocar os demais licitantes, registrados em cadastro reserva, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.6. Não havendo êxito na negociação, o Município de Itabirito procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o licitante:

8.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

8.3.1. Por razão de interesse público; ou

8.3.2. A pedido do fornecedor.

9. CLÁUSULA NONA - DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Compete ao órgão gerenciador:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

9.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

9.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação





as suas próprias contratações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEVERES DO LICITANTE VENCEDOR

10.1. Compete ao licitante vencedor:

10.1.1. Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e seus Anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Desde que realizado estudo e devidamente demonstrado o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante concordância por parte do órgão gerenciador.

11.2. Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.3. As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.4. Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5. Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com o órgão gerenciador quanto com os órgãos participantes.

11.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

11.7. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. O Licitante que inadimplir as obrigações assumidas nesta Ata, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Edital e no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Esta Ata de Registro de Preços implica compromisso de fornecimento nas condições aqui estabelecidas, bem como no Edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

13.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É competente o Foro da Comarca de Itabirito-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.





14.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito.

Itabirito, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Matheus Marques Amuí
Secretário(a) Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura
Prefeitura Municipal de Itabirito

Danilo Antônio Perdigão Pimenta
Gestor(a) da Ata
Prefeitura Municipal de Itabirito

Elvis Emiliano da Rocha
Gestor(a) Suplente da Ata
Prefeitura Municipal de Itabirito

XXXXXXXXXX
Empresa
Representante legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

ANEXO IV – MINUTA TERMO DE CONTRATO

OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITABIRITO E CONTRATADA.

O MUNICÍPIO DE ITABIRITO, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228 neste ato representado pelo Secretário(a) Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura, Sr.(a) Matheus Marques Amuí, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 16.029/2025 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, telefone:, e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **4085/2026** e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico da Licitação nº **90009/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à realização de levantamentos in loco, elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP, protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, até a aprovação final dos respectivos projetos, bem como à elaboração dos orçamentos técnicos das intervenções necessárias à adequação das edificações públicas municipais às exigências normativas de segurança contra incêndio e pânico, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo único

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1	276	A1	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL			
2	73167,5	M²	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA ATÉ 10.000 M2 (para levantamento da área construída e representação arquitetônica dela)			
3	896	H	ENGENHEIRO INTERMEDIARIO (para aprovação do AVCB junto aos bombeiros, considerando 4h para protocolo inicial e 2h para			





			cada correção, com no máximo 5 etapas de correção)			
4	20242,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA ATÉ 1.000 M2			
5	10934	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2			
6	12299,1	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2			
7	20692,2	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2			
8	9000	M²	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES ÁREA DE 8.001 M2 A 10.000 M2			
VALOR TOTAL						R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Os instrumentos decorrentes da Ata terão prazo de vigência definido no respectivo instrumento, compatível com o prazo de execução das ordens de serviço emitidas, podendo ter sua vigência prorrogada, quando cabível, nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção da contratação e observados os limites legais.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.





5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no certame licitatório.

7.2. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano do orçamento estimado no certame licitatório, de acordo com o índice IPCA.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Conforme Termo de Referência

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Conforme Termo de Referência

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD





10.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

10.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento, a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance de respectivas autorizações e consentimentos e legítimo interesse.

10.3. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela coleta dos dados pessoais das partes envolvidas, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na condição de controlador dos dados, os quais deverão ser transferidos ao CONTRATADO para a execução do contrato, que realizará o tratamento dos dados na condição de operador.

10.3.1. O CONTRATANTE deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

10.4. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte infratora, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

10.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATANTE, deverá ser comunicado ao CONTRATADO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

10.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATADO ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11.2. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

11.3. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item XXXX, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Garantia da contratação

12.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante toda a vigência do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços e por 90 (noventa) dias após seu término, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do instrumento, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório.





12.1.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento decorrente da Ata de Registro de Preços.

12.1.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do respectivo instrumento.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

12.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

12.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).





12.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado, isolada ou cumulativamente as demais sanções previstas no item 13.2, pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas citadas no item 13.1.

13.3.1. A multa moratória será aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.2. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecidas em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.





13.3.3. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.4. A multa compensatória de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I - tumultuar a sessão pública da licitação;
- II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

13.5. Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

13.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal será aplicada pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.
- II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.





III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até seis meses.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena - impedimento pelo período de até um ano.

13.7. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - até quatro anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - até seis anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - até seis anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - até cinco anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - até seis anos.

13.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.9.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).





13.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.10.3. Indenizações e multas.





14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Órgão: 02 – Prefeitura Municipal
- II. Unidade Orçamentária: 030 – SUOSI Sec.Obras, Serviços e Infraestrutura
- III. Sub-Unidade Orçamentária: 001 – Depto de Obras de Engenharia
- IV. Código: 15.451.1551 6131 – MANUT.ATIV.SEC.MUN.OBR.SERV.INFRAESTRUT.
- V. Natureza: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
- VI. Sub Elemento de despesa: 33.90.39.05.00 – Serviços técnicos profissionais

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO





19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itabirito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

CONTRATANTE

CONTRATADO

GESTOR

FISCAL

GESTOR SUPLENTE

FISCAL SUPLENTE

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>





PREFEITURA
ITABIRITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

(Processo Administrativo nº 4085/2026)

(Registro de Preços nº 006/2026)

ANEXO V – DECRETO E INSTRUÇÕES NORMATIVAS PERTINENTES

Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1t7BxgsQ-hfXqE6jpWyrBVpp0pLhXhlc?usp=sharing>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 13/05/2026 13:25:03.00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa560aee040c36>

